



CONTRATO DE GESTÃO

CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB, E O INSTITUTO FERNANDO FILGUEIRAS, QUALIFICADO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, PARA GESTÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, DO HOSPITAL DA MULHER MARIA LUZIA COSTA DOS SANTOS, DISCRIMINANDO AS ATRIBUIÇÕES, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE E DO PODER PÚBLICO NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento, de um lado o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Saúde - SESAB, com sede nesta cidade na 4ª Av. Plataforma 4, Lado "B", Salvador, Estado da Bahia, CEP 41.750-300, neste ato representado pelo seu titular, Secretário da Saúde **Dr. FÁBIO VILAS-BOAS PINTO**, devidamente autorizado por Ato de Delegação do Sr. **GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, publicado no Diário Oficial do Estado de 08 de janeiro de 2015, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o **INSTITUTO FERNANDO FILGUEIRAS**, CNPJ nº 07.133.125/0001-39, estabelecido à Rua André Luís Ribeiro da Fonte, Edf. Empresarial Atlântico Pitangueiras, nº 24, sala 312, Centro, município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, neste ato, representado pelo Sr. Marco Antônio Mariani Andrade, inscrito no CPF/MF sob o nº. 899.135.235-91, doravante denominado **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 8.647, de 29 de julho de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 8.890, de 21 de janeiro de 2004, considerando a Portaria nº 1292/2017 de designação da Comissão Julgadora, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia de 15/11/2017, e, o Edital de Seleção Pública nº 004/2017, o correspondente ato de Homologação do objeto ora contratado, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 03.01.2018, inserido nos autos do Processo nº 0300160714399, fundamentada, em especial, nos artigos 8º e 9º, do Decreto nº 8.890, de 21 de janeiro de 2004, e ainda em conformidade com Normas do Sistema Único de Saúde – SUS, emanadas do Ministério da Saúde – MS, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE GESTÃO** referente à gestão, operacionalização e execução de ações e dos serviços de saúde a serem desenvolvidas no **HOSPITAL DA MULHER MARIA LUZIA COSTA DOS SANTOS** ou simplesmente denominado Hospital da Mulher, localizado na Rua Barão de Cotegipe nº 1153, Largo de Roma, no Município de Salvador, Estado da Bahia, de propriedade da SESAB, cuja permissão de uso fica autorizada pelo período de vigência do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONTRATO DE GESTÃO** tem por objeto discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes, para a gestão, operacionalização e execução das ações e dos serviços de saúde a serem executados pela **CONTRATADA**, no **HOSPITAL DA MULHER** ou simplesmente denominado Hospital da Mulher localizado na Rua Barão de Cotegipe nº 1153, 1º Andar e Térreo, Largo de Roma, no Município de Salvador, Estado da Bahia, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita à população, observados os princípios e legislações do SUS.



Para atender ao disposto neste Contrato de Gestão, as partes estabelecem:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

- I. Que a CONTRATADA dispõe de suficiente capacidade técnico-assistencial e condições de prestação de serviços que permitam o maior nível de qualidade nos serviços contratados, conforme a especialidade e características da demanda.
- II. Que a CONTRATADA não está sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu titular para firmar este Contrato de Gestão com a Secretaria Estadual da Saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Fazem parte integrante deste Contrato de Gestão:

- I. Anexo I - Informações sobre a Unidade de Saúde;
- II. Anexo II - Metas de Produção;
- III. Anexo III – Relação Mínima de Recursos Humanos por Categoria Profissional;
- IV. Anexo IV - Diretrizes para contratação do Verificador Independente;
- V. Anexo V – Do Reajustamento;
- VI. Anexo Técnico I – Sistema de Repasse Financeiro;
- VII. Anexo Técnico II – Indicadores de Qualidade;
- VIII. O Edital de Seleção Pública e a Proposta de Trabalho vencedora da Seleção Pública da qual derivou este Contrato de Gestão, independente das suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- I. A CONTRATADA executará os serviços assistenciais disponíveis segundo a capacidade operacional da Unidade, nas quantidades mínimas estabelecidas no Anexo II deste Contrato de Gestão, a qualquer pessoa que deles necessitar e de acordo com as normas do SUS - Sistema Único de Saúde.
- II. Todas as metas estabelecidas no Anexo II serão as metas mínimas exigidas para a avaliação contratual, o que não exclui a realização dos demais procedimentos que advenham do cuidado ao cliente da Unidade (a exemplo de atendimentos de Enfermagem em geral e/ou procedimentos e consultas compatíveis com o perfil e CBO e/ou oferta de terapêutica necessária à atenção integral à paciente) para fim de informação da produção nos Relatórios/Sistemas definidos pela SESAB, no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) e Sistema de Informação Hospitalar (SIH).
- III. A Contratada deverá informar, mensalmente, a produção ambulatorial e da internação da Unidade nos Sistemas Oficiais de Informação do Ministério da Saúde – Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) e Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS) – e em outros Relatórios/Sistemas, definidos pela SESAB.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

I - DA CONTRATADA

1) Assegurar a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde a que se propõe através do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam a adequação da estrutura funcional, a manutenção física e dos equipamentos da Unidade, além do provimento dos insumos (materiais) necessários a garantia do pleno funcionamento da Unidade.



- 2) Assistir de forma abrangente a clientela que demande à Unidade, espontaneamente, sem exclusões, procedendo aos devidos registros, segundo os critérios da CONTRATANTE e do Ministério da Saúde.
- 3) Garantir em exercício na Unidade, quadro de recursos humanos qualificado e compatível ao porte da Unidade e Serviços combinados, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, tendo definida como parte de sua infra-estrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas dia, por plantões, a presença de pelo menos um profissional da medicina que responderá legalmente pela atenção oferecida à clientela.
- 4) Adotar uma identificação especial (crachá) e fardamento de boa qualidade para todos os seus empregados, assim como, assegurar a sua freqüência, pontualidade e boa conduta profissional.
- 5) Manter a designação da Unidade como HOSPITAL DA MULHER MARIA LUZIA COSTA DOS SANTOS e adotar a logomarca da CONTRATANTE e da CONTRATADA, em todos os instrumentos de comunicação visual, impressos, sítios eletrônicos, redes sociais, fardamentos, enxoval, crachás dos empregados, na forma estabelecida pela CONTRATANTE.
- 6) Afixar, em lugar visível, a sua condição de entidade qualificada como Organização Social de Saúde, e a gratuidade dos serviços prestados nessa condição.
- 7) Pagar os salários e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços ora contratados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, demissões, benefícios, obrigando-se, ainda, ao fiel cumprimento das legislações trabalhista e previdenciária, sendo-lhe defeso invocar a existência deste contrato para tentar eximir-se destas obrigações ou transferi-las para o CONTRATANTE.
- 8) Responsabilizar-se integralmente por todos os compromissos assumidos neste contrato.
- 9) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade, disponibilizando a qualquer momento aos prepostos designados pelo CONTRATANTE, ao Verificador Independente e aos órgãos de controle interno e externo, as fichas e prontuários da clientela, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados no HOSPITAL DA MULHER.
- 10) Apresentar à contratante até o 5º dia útil do mês seguinte, a Nota Fiscal/Fatura dos serviços efetivamente executados no mês anterior, acompanhada de Relatórios Gerenciais e comprovantes, na forma que lhe for indicada e assim sucessivamente, a cada mês.
- 11) Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do presente contrato, efetuando todos os pagamentos de taxas e impostos que incidam ou venham incidir sobre as suas atividades relacionadas à gestão e operacionalização do HOSPITAL DA MULHER.
- 12) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e/ou terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados.
- 13) A responsabilidade de que trata o inciso anterior estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços.
- 14) Nos casos de prestação de serviços terceirizados de manutenção de equipamentos e de infra-estrutura (gerador, centrais de gases, elevador, dentre outros) e médico-hospitalares, fica a Contratada OBRIGADA a celebrar estes contratos exclusivamente com empresas autorizadas pelo fabricante, disponibilizando à Contratante cópia de todos os contratos com atestado que comprove a condição de autorizada dos terceirizados.



15) Consolidar a imagem do HOSPITAL DA MULHER, como entidade prestadora de serviços públicos, da rede assistencial do Sistema Único de Saúde - SUS, comprometido com sua missão de atender às necessidades terapêuticas das pacientes, primando pela melhoria na qualidade da assistência.

16) Manter em perfeitas condições de higiene e conservação as áreas físicas e instalações do HOSPITAL DA MULHER.

17) Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral.

18) Devolver à CONTRATANTE, após término do contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios nas mesmas condições em que recebeu substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação.

19) Os bens deverão ser recebidos por um preposto designado pela Organização Social, devidamente inventariados quando da assinatura deste contrato de gestão e de forma idêntica deverão ser devolvidos na oportunidade do seu encerramento, por qualquer motivo, inclusive aqueles incorporados posteriormente no transcorrer do contrato.

20) A CONTRATADA por razões de planejamento das atividades assistenciais deverá dispor da informação oportuna sobre o local de residência das pacientes atendidas ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando minimamente, a definição do município de residência dos mesmos.

21) Encaminhar à CONTRATANTE, nos prazos e instrumentos por ela definidos, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas no HOSPITAL DA MULHER, bem como sobre a movimentação dos recursos financeiros recebidos e movimentados pela referida Unidade.

22) As informações de que trata o dispositivo anterior serão encaminhados à SESAB segundo os modelos normatizados que se apresentam nos ANEXOS TÉCNICOS I E II, até o 5º dia útil de cada mês.

23) Em relação aos direitos das pacientes, a CONTRATADA obriga-se a:

- I. Manter sempre atualizado o prontuário médico das pacientes e o arquivo médico considerando os prazos previstos em lei;
- II. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem a paciente para fins de experimentação;
- III. Justificar à paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato;
- IV. Permitir a visita à paciente internado, diariamente, respeitando-se a rotina do serviço, por período mínimo de 02 (duas) horas;
- V. Esclarecer as pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- VI. Respeitar a decisão da paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- VII. Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas as pacientes;
- VIII. Assegurar as pacientes o direito de serem assistidas religiosa e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;
- IX. Facilitar o acesso aos gastos originados com o seu atendimento, financiados pelo SUS - Sistema Único de Saúde;
- X. Nas internações de adolescentes e idosos é assegurada a presença de um acompanhante, em tempo integral no Hospital da Mulher, com direito a alojamento e alimentação.



24) A CONTRATADA obriga-se a fornecer à paciente por ocasião de sua alta hospitalar, relatório circunstanciado do atendimento que lhe foi prestado, denominado "INFORME DE ALTA", do qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados:

- a) Nome da paciente;
- b) Nome do Hospital/Unidade;
- c) Localização do Hospital/Unidade (endereço, município, estado);
- d) Motivo da internação (CID-10);
- e) Data de admissão e data da alta;
- f) Procedimentos realizados e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso;
- g) Diagnóstico principal e diagnósticos secundários (CID 10);
- h) O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: "Esta conta deverá ser paga com recursos públicos".

25) A CONTRATADA deverá, quando do fornecimento do Informe de Alta, colher a assinatura da paciente, ou de seus representantes legais, na segunda via do documento, que deverá ser anexado ao prontuário da paciente, devendo este ser arquivado conforme a legislação vigente.

26) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo à notificação de suspeita de reações adversas, através dos formulários e procedimentos utilizados pela SESAB.

27) Implantar um modelo normatizado de pesquisa de satisfação pós-atendimento e/ou pós-hospitalização, no prazo de três meses contados a partir da data de assinatura deste contrato, e, previamente aprovado pela SESAB.

28) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas destas aos usuárias, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

29) Instalar Serviço de Atendimento ao Cliente conforme diretrizes estabelecidas pela SESAB, encaminhando mensalmente relatório de suas atividades

30) Identificar suas carências em matéria diagnóstica e/ou terapêutica que justificam a necessidade de encaminhamento a outros serviços de saúde, apresentando à SESAB, mensalmente, relatório mensal dos encaminhamentos ocorridos.

31) Não adotar nenhuma medida unilateral de mudanças na carteira de serviços nem nos fluxos de atenção consolidados, nem na estrutura física da Unidade, sem prévio relatório a SESAB e aprovação pela mesma.

32) Alcançar os índices de produtividade e qualidade definidos nos ANEXOS TÉCNICOS I e II deste Contrato.

33) Possuir e manter em pleno funcionamento, no mínimo, as Comissões/Núcleos/Comitês descritas no Anexo I – Informações sobre a Unidade de Saúde.

34) A contratada adotará medidas visando à obtenção de acreditação hospitalar, em caso de haver proposto em sua oferta.

35) Para realizar os serviços de regulação, a Unidade deverá:

- Destinar sala para regulação, com no mínimo 01 computador, internet, impressora, aparelho de fax, telefone e recursos humanos para funcionamento nas 24 horas;
- Receber nas 24 horas/ 7 dias da semana pacientes para internação hospitalar;
- Aderir ao sistema de regulação estadual ou municipal, conforme o caso, para atendimento da Programação Pactuada Integrada de acordo com as cotas previamente estabelecidas;



- Disponibilizar mensalmente a agenda dos serviços contratados ao Gestor Estadual ou Municipal, conforme o caso;
 - Oficializar ao Gestor Estadual ou Municipal, conforme o caso, mensalmente, as vagas disponibilizadas e não utilizadas pelo município;
 - Utilizar todos os protocolos de regulação do acesso aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde;
 - Implantar no Pronto Atendimento o Acolhimento com Classificação de Risco;
 - Estabelecer que a paciente só será referenciada para outra unidade na ausência ou insuficiência do serviço, explicitando o motivo da recusa na ficha de contra referência ou em relatório.
- 36) A Contratada fica obrigada a estabelecer e executar os planos, programas e sistemas constantes de sua proposta técnica por ocasião da seleção, integralmente, que neste se integra independente de transcrição.
- 37) A contratação de pessoal para a execução do objeto do Contrato de Gestão firmado deverá ser realizada, exclusivamente, por meio de processo seletivo, com a observância aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade e da isonomia, previstos no artigo 37 da Constituição Federal.
- 38) Apresentar mensalmente à SESAB, os comprovantes de quitação de despesas efetuados no mês imediatamente anterior, relativas aos gastos com água, energia elétrica, telefone, encargos sociais (INSS, FGTS e PIS), fornecimento de vale transporte e alimentação, folha de pagamento de pessoal (incluindo os terceirizados), acrescidos de comprovante de reserva de depósito proporcional das verbas rescisórias correspondentes, mediante apresentação de extrato bancário, sob pena de suspensão do repasse financeiro de quaisquer faturas que lhes forem devidas até o cumprimento desta obrigação e ou outras sanções previstas em contrato, bem como nas legislações pertinentes.
- 39) O Diretor Geral (Gestor) da Unidade deverá ser profissional de escolaridade superior e, obrigatoriamente, com comprovada experiência de, no mínimo 02 (dois) anos, na gestão de serviço público da rede própria ou credenciada do Sistema Único de Saúde (SUS). Preferencialmente, o referido Diretor deverá possuir titulação de Especialista, Mestre ou Doutor em Administração Hospitalar.
- 40) Semestralmente, o desempenho do Diretor Geral deverá ser avaliado pela CONTRATADA, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Organização Social, e seu resultado deverá ser apresentado à SESAB.
- 41) Realizar a gestão da unidade, seguindo as diretrizes da Política Nacional de Humanização do SUS, definidas pelo Ministério da Saúde, dando ênfase à clínica ampliada.
- 42) Realizar a gestão dos leitos da unidade, tendo em vista o aproveitamento mais eficiente e eficaz dos mesmos.
- 43) Realizar ações que colaborem com a articulação da rede de serviços, objetivando assegurar a integralidade do cuidado.
- 44) É responsabilidade exclusiva da CONTRATADA alimentar e atualizar os sistemas de informação ou congêneres, disponibilizados pela SESAB, e, os sistemas oficiais, disponibilizados pelo Ministério da Saúde, com as informações completas e adequadas acerca dos serviços prestados e procedimentos realizados, de forma que os registros reflitam a realidade, evitando comprometimento da série histórica de produção da Unidade de Saúde.
- 45) Implantar um Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS), mantendo-o atualizado de acordo com as normas do CONAMA e do Ministério de Saúde, que passará pela avaliação da DIVISA até o 6º (sexto) mês da contratação.



- 46) Disponibilizar, se necessário, espaço físico e acesso à internet para possibilitar o funcionamento da Ouvidoria do SUS/Bahia na Unidade, com membros designados através de ato do Secretário da Saúde.
- 47) Disponibilizar, se necessário, espaço físico e acesso à internet para possibilitar o funcionamento do GAD (Grupo de Apoio à Doação de Órgão) na Unidade.
- 48) Admitir, no quadro de recursos humanos da Unidade, servidores do Estado que estiverem vinculados ao serviço, indicados pela SESAB, nos termos do Capítulo VI do Decreto Estadual Nº. 8.890/2004 e do Capítulo VII da Lei Estadual Nº. 8.647/2003.
- 49) Implantar e implementar, obrigatoriamente, o sistema de apuração de custos da Unidade (Apura SUS ou sistema equivalente, disponibilizado pelo Ministério da Saúde), em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.
- 50) Alimentar, mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente, o sistema operacional de apuração de custos da Unidade, o Apura SUS, disponibilizado, gratuitamente, pelo Ministério da Saúde.
- 51) A CONTRATADA deverá adotar práticas de planejamento sistemático das ações, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas, nos termos do art. 21, inciso III, da Lei Estadual nº 8.647/2003.
- 52) Encaminhar à CONTRATANTE, anualmente, para publicação no Diário Oficial do Estado, até 30 de abril do exercício subsequente, as demonstrações financeiras decorrentes, direta ou indiretamente, do Contrato de Gestão, elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e com o relatório de execução do Contrato de Gestão.
- 53) É obrigatório, por parte da CONTRATADA, a elaboração de regulamento próprio contendo as regras e procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compra, alienação e locação de bens móveis e imóveis, nos termos do art. 29, do Decreto Estadual nº 8.890/2004.
- 54) Observar na consecução do objeto deste contrato os princípios constitucionais da Administração Pública, dispostos no art. 37 da Constituição Federal, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.
- 55) Manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições exigidas na Seleção, em especial a regularidade com a Fazenda Pública, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça do Trabalho.
- 56) Permitir e facilitar a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, do Verificador Independente e dos órgãos de controle interno e externo, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas.
- 57) Disponibilizar todas as informações e os documentos requisitadas pelo preposto, designado pelo Secretário da Saúde, para desenvolver controle e avaliação periódica da Unidade, observando "in loco" o desenvolvimento das atividades de assistência à clientela-alvo.
- 58) Disponibilizar espaço físico, com linha telefônica, equipamento de informática com acesso à Internet, para o preposto, designado pelo Secretário da Saúde, com o intuito de realizar o controle e a avaliação periódica da Unidade, observando "in loco" o desenvolvimento das atividades de assistência à clientela-alvo.
- 59) É obrigatório para a CONTRATADA a adesão às Políticas Públicas de Saúde, a exemplo da Política Nacional de Transplantes.



60) Manter disponível na internet nos domínios e sítios eletrônicos vinculados ao objeto contratual, atualizando, sempre que necessário, os seguintes documentos:

- a) Regulamentos próprios, aprovados pelo seu Conselho Deliberativo, contendo regras de recrutamento e seleção de pessoal e procedimentos a serem adotados na aquisição de bens, contratações de obras e serviços e na manutenção dos bens cujo uso foi permitido pelo Estado ou adquiridos em virtude do contrato de gestão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Contrato de Gestão;
- b) Relatórios de prestação de contas do contrato;
- c) Estatuto social atualizado da CONTRATADA.

61) Comunicar à CONTRATANTE todas as aquisições de bens permanentes móveis que forem realizadas, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua ocorrência, desde que se tratem de aquisições realizadas com recursos recebidos em decorrência do Contrato de Gestão.

62) Utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos do CONTRATO DE GESTÃO exclusivamente na execução do objeto deste Contrato.

63) Manter, em boa ordem e guarda, à disposição do CONTRATANTE, do Verificador Independente e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do Contrato de Gestão, que deverão ser emitidos em nome da CONTRATADA, devidamente identificados com o número do Contrato de Gestão.

64) Destacar a participação do CONTRATANTE em qualquer ação promocional relacionada ao Contrato de Gestão.

65) Obter, previamente, consentimento do CONTRATANTE para qualquer ação promocional relacionada ao Contrato de Gestão, na forma por ela estabelecida.

66) Adotar Plano de Cargos, Salários e Benefícios dos empregados aprovado pelo Conselho Deliberativo da CONTRATADA.

67) Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços.

68) Disponibilizar e divulgar em local visível ao público geral o acesso dos usuários dos serviços aos meios de manifestação do Sistema de Ouvidoria do Estado, comprometendo-se a responder à CONTRATANTE, analisar e adotar as medidas de melhoria necessárias.

II – DA CONTRATANTE

- 1) Disponibilizar à CONTRATADA adequada estrutura física, materiais permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento do HOSPITAL DA MULHER, conforme conjunto de plantas arquitetônicas e inventário patrimonial que neste se integram independente de transcrição;
- 2) Realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à CONTRATADA, de acordo com as Cláusulas Quinta e Sétima deste instrumento.
- 3) Providenciar, anualmente, a consignação das dotações destinadas a custear este Contrato de Gestão no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado.



- 4) Eliminar fatores restritivos à flexibilidade da ação administrativa e gerencial da contratada com vistas a propiciar condições para o alcance de seus objetivos, assegurando-lhe a necessária autonomia administrativa, dentro dos limites estabelecidos por este instrumento de contrato.
- 5) Prestar esclarecimentos e informações à CONTRATADA, que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, sempre que solicitado, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente Contrato;
- 6) Desenvolver controle e avaliação periódica da Unidade, com geração de relatório(s), através de um preposto designado pelo Secretário da Saúde, observando "in loco" o desenvolvimento das atividades de assistência à clientela - alvo de atenção, inspecionando documentos ou qualquer outro procedimento necessário para a verificação de sua pertinência.
- 7) O CONTRATANTE utilizará as informações disponibilizadas pelos sistemas oficiais para proceder a avaliação de desempenho quantitativa e qualitativa da CONTRATADA.
- 8) Disponibilizar, se necessário, recursos humanos, designados através de ato de autorização do Secretário da Saúde, para possibilitar o funcionamento da Ouvidoria do SUS/Bahia, na Unidade.
- 9) Disponibilizar, se necessário, recursos humanos, designados através de ato de autorização do Secretário da Saúde, para possibilitar o funcionamento do GAD (Grupo de Apoio à Doação de Órgão), na Unidade.
- 10) Realizar curso de capacitação para a utilização da metodologia do sistema informatizado de gestão de custos APURA SUS ou sistema equivalente, disponibilizado pelo Ministério da Saúde.
- 11) Caso haja dano ou prejuízo de qualquer natureza, inclusive à imagem, causado ao CONTRATANTE e/ou terceiros, por culpa ou dolo, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob a responsabilidade da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá exigir que seja afastado, de forma imediata, o profissional que deu causa à situação, e, que, no período máximo de 72 horas, sejam adotadas todas as medidas concernentes ao seu desligamento definitivo das atividades no estabelecimento de saúde, com a substituição imediata do mesmo, por outro profissional que atenda às mesmas qualificações.
- 12) Realizar o Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Gestão, nos termos determinados por este Contrato de Gestão, mediante designação formal pelo Secretário da Saúde de Comissão de Monitoramento e Avaliação.
- 13) Permitir o uso dos bens móveis e imóveis mediante ato do Secretário da Saúde e celebração dos correspondentes Termos de Permissão de Uso.
- 14) Inventariar e avaliar os bens referidos no item anterior desta cláusula, anteriormente à formalização dos Termos de Permissão de Uso.
- 15) Incorporar os bens adquiridos pela CONTRATADA, em virtude do Contrato de Gestão, ao patrimônio do Estado em até 30 (trinta) dias, após ter recebido a comunicação da aquisição.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para a execução do objeto do CONTRATO DE GESTÃO pela Organização Social serão obtidos mediante: transferências provenientes do Poder Público; doações, legados e contribuições de Entidades nacionais e estrangeiras; rendimentos de



aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização; receitas advindas da utilização de seus espaços físicos, quando autorizado pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Como uma das alternativas para a captação de recursos, de que trata o Caput desta Cláusula fica facultada à Organização Social participar de mutirões, quando proposto pela Contratante, desde que:

- I. Previamente avençado entre as partes, por meio da celebração de Termo Aditivo ao presente Contrato de Gestão;
- II. Não haja prejuízo quantitativo nem qualitativo dos serviços previstos neste Contrato de Gestão.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os mutirões, referidos no parágrafo anterior, versam sobre a possibilidade mobilização de estrutura física, recursos materiais e humanos, para a realização de determinado número de procedimentos, em curto espaço de tempo, cujo objetivo seja minimizar, extinguir e/ou prevenir a existência de demanda reprimida.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O valor e as condições de repasse de recurso financeiro, em contrapartida à participação da Organização Social em mutirões, deverão ser previstos pelo Termo Aditivo de que trata o item I, do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE DOS RECURSOS NECESSÁRIOS

Pela execução do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes deste instrumento, a importância global estimada em R\$ 279.203.583,49 (duzentos e setenta e nove milhões, duzentos e três mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos) sendo R\$ 275.897.583,49 (duzentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e nove centavos) para o custeio da operação da Unidade e R\$ 3.324.000,00 (três milhões, trezentos e vinte e quatro mil) para pagamento ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme PROPOSTA DE TRABALHO, parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor mensal deste Contrato de Gestão será repassado em 60 (sessenta) parcelas mensais, no valor estimado em R\$ R\$ 4.653.393,06 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e seis centavos), sendo R\$ 4.597.993,06 (quatro milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa e três reais e seis centavos), destinados as despesas de custeio para a operação da Unidade e R\$ 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais), para pagamento da contraprestação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme PROPOSTA DE TRABALHO, parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor do Contrato destinado às despesas de custeio, para fins de cumprimento da Proposta de Trabalho, parte integrante deste instrumento, submeter-se-á às condições descritas na Cláusula Sétima.



PARÁGRAFO TERCEIRO

Os recursos destinados a cobrir a execução do presente CONTRATO DE GESTÃO serão empenhados globalmente e repassados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA, de acordo com o cronograma de desembolso previsto na Cláusula Sétima - Das Condições de Repasse financeiro.

PARÁGRAFO QUARTO

Os valores referentes à utilização de órteses, próteses e materiais especiais, que venham a ser necessários, serão reembolsados à Entidade, pelos valores estabelecidos em tabela própria do SUS, após a efetiva comprovação da utilização da órtese e/ou prótese e/ou material especial, e a devida aprovação e repasse financeiro pelo Sistema Único de Saúde.

PARÁGRAFO QUINTO

Os recursos financeiros transferidos pela Contratante à execução do objeto deste Contrato de Gestão serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva, vinculada a este Contrato, de modo a que os recursos transferidos não sejam confundidos com os recursos próprios da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO

Todos os repasses serão realizados exclusivamente mediante cheque nominativo, ordem bancária, Transferência Eletrônica Disponível (TED), em que fiquem registradas a destinação do valor e a identificação do respectivo credor ou beneficiário, não sendo permitido saque em espécie de qualquer valor.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A CONTRATADA poderá contar com recurso financeiro adicional, mediante Termo Aditivo, de até 10% do valor global do contrato, já previsto em planilha orçamentária, para realização de ampliação e reforma de infra-estrutura, obras e aquisição de equipamentos em caso de substituição devido à tecnologia obsoleta ou por ampliação e modernização de serviços. O recurso financeiro será liberado, após análise e aprovação da especificação ou projeto apresentado pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OITAVO

Os recursos repassados à CONTRATADA poderão ser por esta, aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados desta aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste CONTRATO DE GESTÃO.

PARÁGRAFO NONO

É expressamente proibida a celebração pela Contratada de contratos de cessão fiduciária de créditos oriundos da execução deste contrato, em qualquer hipótese, ou a vinculação de recebíveis para o repasse financeiro de contratos de financiamento eventualmente celebrados pela mesma.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o repasse financeiro deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE GESTORA: 3.19.601.0083

PROJETO/ATIVIDADE: 2640

META: 577

FONTE: 00 / 30 / 81

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39



CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE REPASSE FINANCEIRO

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os repasses financeiros de custeio da operação da Unidade à CONTRATADA serão efetivados mensalmente, em conta corrente específica, aberta para este contrato, conforme escalonamento de pagamento, definido no quadro a seguir:

Parcela	Período para Pagamento	Repassse Financeiro
Primeira Parcela	Até o 5º dia útil da data da assinatura do Contrato de Gestão	Integral
Segunda Parcela	Até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços	Integral
Terceira Parcela	Até o 20º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.	Integral
A partir da Quarta Parcela	Até o dia 25 do mês subsequente à prestação dos serviços.	10% do valor de repasse financeiro + 90% do valor de repasse financeiro condicionado à avaliação quantitativa
Quinta Parcela	Até o dia 25 do mês subsequente à prestação dos serviços.	10% do valor de repasse financeiro + 90% do valor de repasse financeiro condicionado à avaliação quantitativa
A partir da Sexta Parcela até a Penúltima Parcela	Até o dia 25 do mês subsequente à prestação dos serviços.	10% do valor de repasse financeiro condicionado à avaliação qualitativa + 90% do valor de repasse financeiro condicionado à avaliação quantitativa
Última Parcela	A liberação da última parcela está condicionada à disponibilização dos dados pelos sistemas oficiais do Ministério da Saúde, conforme descrito no Anexo Técnico I – Sistema de Repasse financeiro, da Minuta do Contrato de Gestão.	10% do valor de repasse financeiro condicionado à avaliação qualitativa + 90% do valor de repasse financeiro condicionado à avaliação quantitativa

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor financeiro mensal para pagamento ao VERIFICADOR INDEPENDENTE será repassado, juntamente com as parcelas de custeio da operação da Unidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATANTE, no processo de acompanhamento e supervisão deste contrato, poderá recomendar a alteração de valores, que implicará na revisão das metas pactuadas, ou recomendar revisão das metas, o que implicará na alteração do valor global pactuado, tendo como base o custo relativo, desde que devidamente justificada e aceita pelas partes, de comum acordo, devendo, nestes casos, serem celebrados Termos Aditivos.

PARÁGRAFO QUARTO



Havendo atrasos nos desembolsos previstos no cronograma estabelecido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá realizar adiantamentos com recursos próprios à conta bancária indicada para recebimento dos repasses financeiros mensais, tendo reconhecido as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados que estejam previstos neste Contrato de Gestão.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO

O reajustamento de preços será efetuado na periodicidade prevista em lei federal, considerando-se a variação ocorrida, desde a data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir até a data do efetivo adimplemento da obrigação, tomando-se por base a variação do IPCA-IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do período, como os reajustes concedidos em negociações coletivas pelas categorias profissionais atuantes na Unidade de Saúde, de acordo com a fórmula matemática descrita no Anexo V, deste Contrato de Gestão.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS HUMANOS

A CONTRATADA contratará pessoal para a execução de suas atividades, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, assim como todo e qualquer passivo trabalhista, resultante da execução do objeto do presente Contrato de Gestão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA deverá limitar a 70% (setenta por cento) dos recursos públicos a esta repassada com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, a serem percebidos pelos seus empregados e servidores a ela cedidos, observada, quanto a estes últimos, a necessidade da manifestação expressa da contratada quanto à concessão de direitos como férias, licenças e aposentadorias, nos casos pertinentes. Os limites e critérios utilizados para as despesas com remuneração, encargos e vantagens, de qualquer natureza, a serem pagos aos dirigentes e empregados da Organização Social, no exercício de suas funções, deverão estar de acordo com o preço de mercado de cada região, onde está localizada a Unidade de Saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os servidores públicos estaduais de cargo efetivo, que estiverem vinculados ao serviço transferido, poderão ser colocados à disposição para terem exercício na Organização Social, mediante a sua aquiescência e ato do Governador do Estado, nas condições previstas no Capítulo VII, da Lei nº 8.647 de 29/07/2003 e Capítulo VI, do Decreto nº 8.890 de 21/01/2004.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O valor pago pelo Poder Público, a título de remuneração e de contribuição previdenciária do servidor colocado à disposição da Organização Social, será abatido do valor de cada parcela dos recursos repassados mensalmente.

PARÁGRAFO QUARTO

A Organização Social fica OBRIGADA a contratar, no âmbito local, profissionais de nível técnico e de nível superior, recém-formados, sem experiência anterior comprovada, a título de PRIMEIRO EMPREGO, para compor o quadro de recursos humanos, lotados nesta Unidade de Saúde, totalizando, no mínimo 10% do quantitativo de empregados contratados de nível técnico e 10% do quantitativo de empregados contratados de nível superior.

PARÁGRAFO QUINTO



A Organização Social enviará, mensalmente, para divulgação no site da SESAB, a quantidade de postos de trabalho gerada como PRIMEIRO EMPREGO, por atividade desempenhada na Unidade de Saúde, e, a relação entre este quantitativo e o de empregados que não fazem parte desta iniciativa.

PARÁGRAFO SEXTO

É vedada a contratação, no âmbito do PRIMEIRO EMPREGO, de profissionais que sejam parentes, ainda que por afinidade, até o 2º (segundo) grau, de pessoas que componham o corpo diretivo da Organização Social.

PARÁGRAFO SÉTIMO

A experiência do PRIMEIRO EMPREGO deverá ser pelo período máximo 12 (doze) meses, para que oportunize a outro profissional a participação nesta iniciativa, assegurando-se ao trabalhador todos os direitos conferidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Este Contrato de Gestão será supervisionado, fiscalizado e avaliado pela CONTRATANTE, através da Superintendência da Atenção Integral à Saúde (SAIS) / Diretoria de Gestão da Rede Própria (DGRP) / Diretoria da Rede Própria Sob Gestão Indireta (DIRP-GI) e pela a Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Secretaria da Saúde, e acompanhado e fiscalizado pela CONTRATADA, através da sua diretoria executiva e dos seus órgãos deliberativo e de fiscalização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

À Coordenação de Monitoramento e Avaliação competirá a emissão de relatório técnico, mensal, sobre os resultados alcançados pela CONTRATADA quanto às metas pactuadas, quanto à economicidade do desenvolvimento das respectivas atividades e quanto ao aprimoramento da gestão da Organização Social de Saúde e à otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A DIRP-GI será responsável pelo acompanhamento da prestação de Contas e das alterações Contratuais, aditamentos, reajustes financeiros, caso sejam necessários, pela análise dos relatórios técnicos emitidos pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação e pelo Verificador Independente, para manifestação acerca da liberação do repasse financeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Para a execução das atividades citadas no Caput desta Cláusula, a SESAB contará com o auxílio de Verificador Independente.

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA deverá prestar contas, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, das atividades assistenciais realizadas, através de mecanismos (formulários, sistemas ou congêneres), definidas pela SESAB, com registro da sua produção mensal nos sistemas oficiais, do Ministério da Saúde, além da prestação de contas, após validação dos órgãos deliberativo e fiscal da entidade, contendo, dentre outros:

I - comparativo específico das metas pactuadas e alcançadas, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;



II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência;

III - comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, acrescidos de comprovante de reserva de depósito proporcional das verbas rescisórias correspondentes, mediante apresentação de extrato bancário.

PARÁGRAFO QUINTO

A Diretoria Executiva da CONTRATADA, ao final de cada exercício financeiro, consolidará as informações de produção e de prestação de contas, no Relatório de Prestação de Contas Anual, e o encaminhará à Secretaria da Saúde, em duas vias, uma para a DIRP-GI e outra para a Coordenação de Monitoramento e Avaliação, em até 30 dias após o encerramento do exercício financeiro.

PARÁGRAFO SEXTO

A Coordenação de Monitoramento e Avaliação emitirá, trimestralmente, o Relatório Técnico Trimestral sobre os resultados alcançados pela CONTRATADA na execução do Contrato de Gestão, bem como sobre a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades/serviços e o encaminhará à DIRP-GI, para posterior remessa ao Secretário da Saúde, ao órgão deliberativo da CONTRATADA e à Secretaria Executiva do Conselho de Gestão das Organizações Sociais, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro e, nos casos de percentual de alcance das metas pactuadas inferior a 80%, serão remetidos também ao Tribunal de Contas do Estado.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Será elaborada pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação, ao final de cada exercício financeiro, a consolidação dos Relatórios Técnicos Trimestrais devendo o Secretário da Saúde encaminhá-la ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo máximo de 60 dias, acompanhado de seu parecer conclusivo.

PARÁGRAFO OITAVO

Sempre que julgar necessário, os órgãos do Contratante, responsáveis pela supervisão, fiscalização e avaliação do desempenho da Contratada, poderão requisitar as informações, bem como convocar reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas à Unidade de Saúde, no local de realização do objeto deste Contrato de Gestão, com vistas a obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento de seu trabalho.

PARÁGRAFO NONO

Os resultados alcançados deverão ser objetos de análise criteriosa pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação, que procederá às correções e encaminhamentos que eventualmente se façam necessários para garantir a plena eficácia do instrumento, em especial os §§2º, 3º e 4º, do art. 27, da Lei nº. 8.647/2003, além de atestar a veracidade e a fidedignidade das informações apresentadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Os relatórios de que tratam o Caput e o Parágrafo Único do art. 26, e o Caput e o Parágrafo 1º do art. 27, da Lei nº. 8.647/2003, deverão ser elaborados utilizando o modelo padrão aprovado através da Resolução nº. 15/2013 do Conselho de Gestão das Organizações Sociais ou outra norma que lhe suceder.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do Contrato de Gestão.



PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A CONTRATADA será avaliada quanto ao aprimoramento da gestão na execução deste contrato, com base em metodologia específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

No exercício da fiscalização referida no Caput da Cláusula Décima - Do Acompanhamento e Da Avaliação de Resultados, o CONTRATANTE será auxiliado por empresa de auditoria especializada, independente e de renome no mercado, de acordo com as diretrizes para a contratação do Verificador Independente, constantes no Anexo IV, deste Contrato de Gestão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O VERIFICADOR INDEPENDENTE será selecionado, de acordo com as diretrizes, constantes no Anexo IV, deste Contrato de Gestão, e contratado, em até 40 (quarenta) dias corridos, após a assinatura deste instrumento, sob o regime privado, pela Organização Social, a quem competirá arcar, integralmente, com os respectivos custos da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A contratação de que trata este parágrafo limitar-se-á ao valor mensal estimado em R\$ 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais), que poderá ser reajustado, na periodicidade prevista em lei, tomando-se por base a variação do INPC-IBGE do período.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A contratação de VERIFICADOR INDEPENDENTE pela Organização Social não consiste na delegação do poder de polícia do Contratante, nas atividades de fiscalização do cumprimento das cláusulas deste Contrato de Gestão.

PARÁGRAFO QUARTO

As diretrizes, especificações e as atividades concernentes à contratação e à prestação dos serviços pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE encontram-se descritas no ANEXO IV – Diretrizes para Contratação do Verificador Independente.

PARÁGRAFO QUINTO

Para a apuração do cumprimento das metas quantitativas, descritas no Anexo II - Metas de Produção, e qualitativas, descritas no Anexo Técnico II – Indicadores de Qualidade, a CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as informações referentes aos indicadores qualitativos e quantitativos, através de mecanismos (formulários, sistemas ou congêneres), definidos pela SESAB.

PARÁGRAFO SEXTO

O VERIFICADOR INDEPENDENTE terá, então, prazo de até 10 (dez) dias corridos para analisar toda a documentação e informações fornecidas e emitir o seu relatório, com parecer técnico opinativo, em meio digital e impresso, em duas vias de igual teor, uma para a Organização Social e outra para o CONTRATANTE, com a apuração dos indicadores qualitativos e dos indicadores quantitativos, bem como o cálculo da variação do repasse de custeio mensal, de acordo com a metodologia indicada pelos Anexos Técnicos I e II.

PARÁGRAFO SÉTIMO

[Handwritten signature]



A contratação de VERIFICADOR INDEPENDENTE pela Organização Social não substitui nem invalida as atividades da Auditoria SUS e dos demais Órgãos de Controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE SELEÇÃO

Integra o presente Contrato de Gestão, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no Edital de Seleção Pública e na Proposta da entidade vencedora, apresentada na referida Seleção.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO

O prazo de vigência do CONTRATO DE GESTÃO será de 60 (sessenta) meses, tendo por termo inicial a data de acordo com a publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ter seu prazo dilatado, observando-se o limite estipulado por lei, após, demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas e ainda, a indicação, garantia e aprovação das dotações orçamentárias necessárias para as despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE, após a assinatura deste Contrato de Gestão, providenciará a sua publicação no Diário Oficial do Estado e nos meios eletrônicos de Comunicação, e, em 02 (dois) jornais de grande circulação na Capital do Estado, nos termos do art. 32, do Decreto Estadual nº 8.890/2004.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REVISÃO E REPACTUAÇÃO

Este Contrato de Gestão poderá ser alterado, parcial ou totalmente, mediante justificativas por escrito, que conterão a declaração de interesse de ambas as partes e deverá ser autorizado pelo Secretário da Saúde do Estado da Bahia, após demonstração da necessidade, por meio de parecer sobre o desempenho da Organização Social, nos últimos 12 (doze) meses, elaborado pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação, observando a legislação vigente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, que inviabilize a sua boa execução nas condições inicialmente pactuadas, o CONTRATANTE, obriga-se a repassar à CONTRATADA, outros recursos consignados no orçamento do tesouro, destinados a garantir a capacitação operacional da Unidade, para fins de cumprimento das metas, mediante prévia justificativa por escrito que conterà a declaração de interesse de ambas as partes e deverá ser autorizado pelo Secretário de Saúde.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A comprovação, a que se refere o Parágrafo anterior, deverá ser feita através da apresentação dos demonstrativos de custos da operacionalização da Unidade, cujo uso lhe fora permitido, acompanhado de relatório, contendo parecer técnico opinativo, elaborado pelo Verificador Independente.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Qualquer alteração ou modificação das condições do ajuste, decorrentes de má gestão, culpa e/ou dolo da CONTRATADA, verificada por ocasião do encerramento de vigência previsto no *caput* desta cláusula, poderá ensejar a não dilação de prazo, repactuação ou renovação do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas da Entidade contratada, a ser apresentada mensalmente, ou, a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, far-se-á através de relatório pertinente à execução desse Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das



metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados dos demonstrativos financeiros.

PARÁGRAFO ÚNICO

Ao final de cada exercício financeiro, a CONTRATADA deverá elaborar consolidação dos relatórios e demonstrativos e encaminhá-los ao CONTRATANTE, em modelos por esta estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INTERVENÇÃO DO CONTRATANTE NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população, o CONTRATANTE poderá assumir imediatamente a execução dos serviços que foram transferidos observadas as condições estabelecidas no Capítulo VI, da Lei Estadual nº 8.647 de 29/07/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

A rescisão do Contrato de Gestão poderá ser efetivada:

I. por ato unilateral da CONTRATANTE, na hipótese de:

- a) descumprimento, por parte da CONTRATADA, ainda que parcial, das cláusulas, dos objetivos e metas previstas no presente Contrato, decorrentes de má gestão, culpa, dolo ou violação da lei;
- b) durante a vigência do Contrato de Gestão, a OS for desqualificada, por qualquer razão, conforme Lei Estadual nº. 8.647/2003 e Decreto nº. 8.890/2004, ou nos casos de dissolução da entidade;
- c) o CONTRATANTE apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Verificada uma das hipóteses previstas nos incisos I e II desta cláusula, o Poder Executivo providenciará a imediata revogação do Decreto de permissão de uso dos bens públicos, a cessação dos afastamentos dos servidores públicos colocados à disposição da Organização, não cabendo à Entidade de direito privado sem fins lucrativos direito a qualquer indenização.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Em caso de rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da CONTRATADA, o CONTRATANTE arcará com os custos relativos à dispensa do pessoal contratado pela Organização Social, bem como pelas dívidas assumidas contratualmente pela CONTRATADA com fornecedores e prestadores de serviços para execução do objeto do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO

Em qualquer hipótese é assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Constituição Federal.

PARÁGRAFO QUINTO



Quando do encerramento deste Contrato de Gestão, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá ser:

- I. realizado pelo CONTRATANTE, o inventário dos bens sob responsabilidade da CONTRATADA para execução do objeto contratado;
- II. apresentado pela CONTRATADA, no prazo máximo de 60 dias, o Relatório de Prestação de Contas Final;
- III. lavrado pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA o Termo de Encerramento do Contrato de Gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização de dano decorrente de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, de que trata a Lei Estadual nº 8.647 de 29/07/2003 e o Decreto nº 8.890 de 21/01/2004, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO

A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por falhas relativas à prestação dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica acordado que os direitos e deveres atinentes à Entidade privada sem fins lucrativos subscritora deste instrumento serão sub-rogados para a Organização Social de Saúde por ela constituída.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A CONTRATADA poderá a qualquer tempo e mediante justificativa apresentada ao Secretário da Saúde do Estado e ao Governador do Estado, propor a devolução de bens ao Poder Público Estadual, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas pactuadas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os bens móveis e imóveis cujo uso foi permitido à CONTRATADA, equivalentes aos relacionados no Anexo IX do Edital de Seleção e aos incorporados posteriormente no transcorrer do Contrato, mediante prévia avaliação e expressa autorização do CONTRATANTE, poderão ser alienados e substituídos por outros de igual ou maior funcionalidade, os quais integrarão o patrimônio do Estado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Em caso de extinção da Organização Social, de rescisão do Contrato de Gestão, o patrimônio, os legados e as doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão incorporados ao patrimônio do Estado ou ao de outra Organização Social, qualificada na forma da Lei Estadual nº 8.647/2003, ressalvados o patrimônio, bens e recursos pré-existentes ao Contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos.

PARÁGRAFO QUARTO

Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pelo CONTRATANTE sobre a execução dos serviços previstos no presente Contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa do CONTRATANTE, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo ou de notificação dirigida à CONTRATADA.



PARÁGRAFO QUINTO

O CONTRATANTE poderá assumir a execução dos serviços que foram transferidos, a fim de manter a sua continuidade na hipótese de risco quanto ao regular cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Gestão.

PARÁGRAFO SEXTO

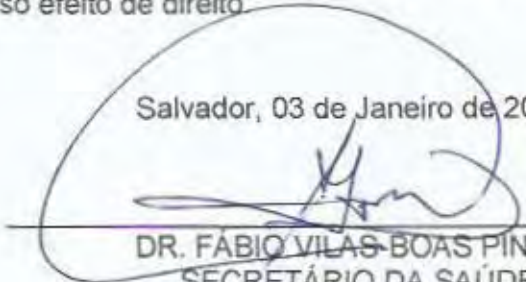
Os serviços objeto deste Contrato de Gestão não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a entidade contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO


As partes elegem o Foro da Capital do Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do CONTRATO DE GESTÃO que não puderem ser resolvidas pelas partes.

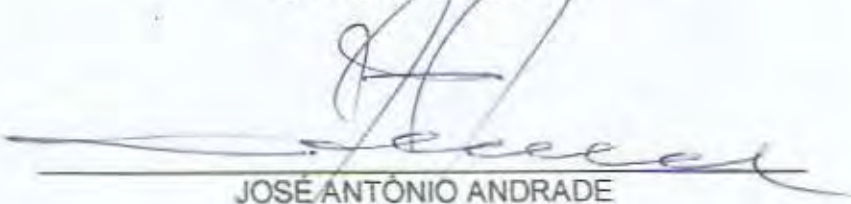
E, por estarem assim justos e contratados, é o presente assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme, para um só efeito de direito.

Salvador, 03 de Janeiro de 2018.


DR. FÁBIO VILAS-BOAS PINTO
SECRETÁRIO DA SAÚDE

Dr. Adil Duarte
Subsecretário Estadual de Saúde


MARCO ANTÔNIO MARIANI ANDRADE
CPF: 899.135.235-91


JOSÉ ANTÔNIO ANDRADE
CPF: 019.643.725-34

Testemunha _____

Testemunha _____



ANEXO I INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE DE SAÚDE HOSPITAL DA MULHER

1. INFORMAÇÕES SOBRE A UNIDADE E ESTRUTURA LOCAL EXISTENTE

O **HOSPITAL DA MULHER (HM)** é uma unidade hospitalar reformada e ampliada, localizada na Rua Barão de Cotegipe Nº 1.153, 1º Andar, no Bairro de Roma, Município de Salvador, Estado da Bahia. Caracterizado como **Hospital Geral de Referência Estadual, no âmbito da Saúde da Mulher**, integrante da Rede de Atenção às Urgências e Rede de Atenção à Pessoa com Doença Crônica. Estruturado para ofertar ações assistenciais de média e alta complexidades, em caráter eletivo e retaguarda para a Rede de Urgência, referência para o diagnóstico e tratamento clínico e cirúrgico dos principais agravos clínicos e cirúrgicos que acometem a mulher, da puberdade à menopausa, incluindo as situações relacionadas à saúde reprodutiva.

Deverá atender aos requisitos estabelecidos pela Portaria GM/MS Nº 140, de 27 de fevereiro de 2014, para sua habilitação pelo Ministério da Saúde como Hospital Geral com Cirurgia de Câncer de Complexo Hospitalar, integrado à Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) designada pela CONTRATANTE.

Para a integração do Hospital da Mulher e da Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), designada pela Contratante, é necessário que os estabelecimentos de saúde envolvidos formulem um plano de trabalho em que constem descritas as responsabilidades de cada ente, sendo obrigatório que o Responsável Técnico pelo Serviço de Cancerologia seja um único profissional.

O HM deverá ser programado para desenvolver um trabalho assistencial com oferta de serviços 100% SUS, sob regulação da Central Estadual de Regulação (CER).

O modelo de Organização Social (OS), adotado para a transferência de gestão do **Hospital da Mulher**, busca a modernidade, a eficiência e a economia no gerenciamento de recursos. Esse modelo atenderá as necessidades programadas de assistência à saúde, e também, implantará o gerenciamento da logística dos recursos materiais, financeiros, de informações e pessoal, além da manutenção predial e de equipamentos e a gestão da qualidade em saúde, que serão acompanhados pela Superintendência da Atenção Integral à Saúde (SAIS) através da Diretoria de Gestão da Rede Própria (DGRP) e Diretoria da Rede Própria Sob Gestão Indireta (DIRP-GI), além da Coordenação de Monitoramento e Avaliação.

O HM atuará com o perfil assistencial de hospital geral de médio porte, capaz de ofertar a usuária do SUS atendimentos, incluindo internação hospitalar nas especialidades de Clínica Geral e Cirúrgica, incluindo a modalidade de Hospital-Dia; internação em Unidade de Terapia Intensiva; atendimento ambulatorial mediante oferta de consultas especializadas e



cirurgias ambulatoriais; procedimentos de diagnose e terapias (diagnóstico em patologia clínica, anátomo-patologia, imagem, métodos gráficos, métodos ópticos e hemoterapia), e demais serviços de apoio assistencial e administrativo.

2. SERVIÇOS

Classificamos os serviços a serem prestados em 07 (sete) tipos principais: Serviço de Alta Resolução em Câncer de Mama e Colo do Útero, Serviço de Planejamento Familiar, Serviço de Média Complexidade em Reprodução Humana Assistida, Ambulatório, Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Hospital-Dia e Internação Hospitalar.

SERVIÇO DE ALTA RESOLUÇÃO PARA DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA E COLO DO ÚTERO:

Deverá estar organizado em regime ambulatorial, em caráter eletivo, com o objetivo de confirmar diagnóstico e implementar ações terapêuticas no prazo de 30 (trinta) dias, com funcionamento de segunda à sexta-feira, 08 horas por dia. O acesso das usuárias se dará mediante atendimento a critérios pré-estabelecidos, pactuados entre os atores envolvidos; 100% referenciado pela Atenção Primária à Saúde, de acordo com fluxo a ser pactuado com a Diretoria de Regulação Estadual. Deverá estar integrado à Unidade de Assistência em Alta Complexidade Oncológica (UNACON) e atender aos requisitos estabelecidos pela Portaria GM/MS Nº 189/2014, que institui o Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo do Útero (SRC) e Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM). Após o diagnóstico, pacientes que necessitarem de tratamento cirúrgico ou acompanhamento por especialista deverão ser encaminhadas para o Ambulatório. Pacientes que não atenderem aos critérios estabelecidos para acompanhamento na própria unidade (lesões benignas de baixo risco) serão contra-referenciadas para a Atenção Primária à Saúde.

O Serviço deverá ofertar os seguintes procedimentos, constantes na Tabela de Procedimentos do SUS:

- I. Consulta Médica na Atenção Especializada (CBO Médico Ginecologista e Médico Mastologista);
- II. Consulta com Profissional de Nível Superior na Atenção Especializada - Enfermeiro/Psicólogo/Assistente Social;
- III. Mamografia;
- IV. Punção/Biópsia de Mama por Estereotaxia;
- V. Punção/Biópsia de Mama guiada por Ultrassonografia;
- VI. Colposcopia;
- VII. Biópsia de colo do útero;
- VIII. Ultrassonografia;
- IX. Tomografia Computadorizada;
- X. Exames Citopatológicos.

Os ambientes existentes para os atendimentos estão assim distribuídos:

Ambientes	Quantidade
Consultório Médico	02
Sala de Mamografia	01
Sala de Ultrassonografia	02
Sala de Colposcopia	01
Sala de Utilidades	01
Sala de Repouso pós procedimento	01



SERVIÇO DE PLANEJAMENTO FAMILIAR:

Deverá estar organizado em regime ambulatorial, em caráter eletivo, com o objetivo de ofertar as mulheres o serviço de planejamento familiar com métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARC – long-acting reversible contraception), DIU-Dispositivo Intra Uterino e Laqueadura Tubária. O acesso das usuárias se dará mediante atendimento a critérios pré-estabelecidos, pactuados entre os atores envolvidos. Deverá ser 100% referenciado pela Atenção Primária à Saúde, de acordo com fluxo a ser pactuado com a Diretoria Estadual de Regulação.

Esse serviço terá como público alvo, principalmente, mulheres de risco para trombose, hipertensão, cardiopatias, com doença falciforme e/ou em situação de vulnerabilidade social.

O serviço deverá ofertar os procedimentos:

- I. Consulta Médica na Atenção Especializada (CBO Médico Ginecologista e Obstetra)
- II. Consulta com Profissional de Nível Superior na Atenção Especializada - Enfermeiro/Psicólogo/ Assistente Social/Farmacêutico
- III. Atendimento clínico p/ indicação, fornecimento e inserção do dispositivo intra-uterino (DIU)
- IV. Atendimento em Grupo Multidisciplinar
- V. Laqueadura Tubária
- VI. Métodos contraceptivos de longa duração (LARCs)

SERVIÇO DE MÉDIA COMPLEXIDADE EM REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA:

Deverá estar organizado em regime ambulatorial, de Hospital-Dia e internação hospitalar, em caráter eletivo, com o objetivo de oferecer atenção diagnóstica e terapêutica nos casos de endometriose e outras causas de infertilidade feminina. O acesso das usuárias se dará mediante atendimento a critérios pré-estabelecidos, pactuados entre os atores envolvidos; 100% referenciado pela Atenção Primária à Saúde, de acordo com fluxo a ser pactuado com a Diretoria de Regulação Estadual.

Deverá atender aos requisitos estabelecidos pela Portaria SAS/MS N° 388, de 06 de maio de 2005, que determina que as Secretarias da Saúde dos Estados adotem, em conjunto com os municípios, as providências necessárias para a organizar e implantar as redes estaduais/municipais de atenção em reprodução humana assistida.

O Serviço deverá ofertar os seguintes procedimentos, constantes na Tabela de Procedimentos do SUS:

- a) Consulta Médica na Atenção Especializada (CBO Médico Ginecologista);
- b) Consulta com Profissional de Nível Superior na Atenção Especializada- Enfermeiro/Psicólogo/ Assistente Social/Farmacêutico;
- c) Atendimento em Grupo Multidisciplinar;
- d) Procedimentos de Patologia Clínica;
- e) Processamento Seminal Diagnóstico;
- f) Procedimentos Radiológicos;
- g) Ultrassonografias;
- h) Cirurgias Via Laparoscópica;
- i) Cirurgias Laparotômicas;
- j) Coito Programado inclusive com estimulação da ovulação;
- k) Estimulação da ovulação;



l) Inseminação intra-uterina.

Os espaços existentes para os atendimentos estão assim distribuídos

Ambiente	Quantidade
Consultório Médico	05
Sala de Procedimentos	03

AMBULATÓRIO:

O atendimento ambulatorial deverá ser programado para funcionar das 07:00 às 17:00 horas (mínimo) de segunda à sexta-feira, exceto feriados, atendendo às pacientes oriundas do Serviço de Alta Resolução em Câncer de Mama e Colo do Útero, Serviço de Planejamento Familiar, Serviço de Média Complexidade em Reprodução Humana Assistida da unidade e as egressas pós-alta hospitalar do Hospital Dia ou Internação Hospitalar. Atenderá, ainda, as pacientes referenciadas de acordo com fluxo a ser pactuado com a Diretoria de Regulação Estadual.

Caso haja demanda para as especialidades ofertadas, o horário de atendimento ambulatorial poderá ser ampliado.

O atendimento ambulatorial poderá ser realizado de duas formas distintas: primeira consulta e consultas subseqüentes (retornos). Entende-se por *primeira consulta*, a visita inicial do cliente a um profissional de determinada especialidade, no período de um ano, por uma determinada patologia. As demais consultas deste cliente (retornos) serão consideradas *consultas subseqüentes*, mesmo que atendido por outro profissional que não o inicial, desde que dentro da mesma especialidade.

As consultas médicas ofertadas serão das especialidades: ginecologia clínica e cirúrgica; uro-ginecologia; mastologia; cirurgia plástica; e, anestesiologia.

Os atendimentos referentes a processos terapêuticos de média e longa duração devem ser registrados como consultas subseqüentes.

O Ambulatório do HOSPITAL DA MULHER deverá ofertar os seguintes procedimentos, constantes na Tabela de Procedimentos do SUS:

- a) Consulta Médica na Atenção Especializada (CBO Médico Ginecologista, Médico Mastologista, Médico Cirurgião Plástico, Médico Urologista);
- b) Consulta Médica na Atenção Especializada - Anestesiologia (consulta pré-anestésica);
- c) Consulta com Profissional de Nível Superior na Atenção Especializada - Nutricionista;
- d) Exames de Patologia Clínica;
- e) Procedimentos Radiológicos;
- f) Ultrassonografias incluindo Ecodoppler;
- g) Tomografia Computadorizada.

Os espaços existentes para os atendimentos estão assim distribuídos:

Ambiente	Quantidade
Consultório Médico	06
Sala de Procedimentos	01



SERVIÇO DE ATENÇÃO INTEGRAL A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Deverá estar estruturado para atendimento 24 horas por dia, sete dias por semana, às mulheres vítimas de violência sexual, de acordo com a Portaria GM/MS Nº 485, de 1º de abril de 2014, que redefine o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, no âmbito do SUS. Deverá ofertar acolhimento à mulher que chegue a unidade por demanda espontânea, através de órgão policial judicial ou referenciada pela Central de Urgências do SAMU Metropolitano de Salvador; atendimento humanizado observados os princípios do respeito à dignidade da pessoa humana, da não discriminação, do sigilo e da privacidade; escuta qualificada; atendimento clínico e cirúrgico; atendimento psicológico; dispensação e administração de medicações para profilaxia indicados, conforme as normas, regras e diretrizes técnicas do Ministério da Saúde; preenchimento de ficha de notificação compulsória de violência doméstica, sexual e outras violências; orientação e agendamento para acompanhamento psicológico e ginecológico por seis meses; e, interrupção da gravidez, em conformidade com a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento do Ministério da Saúde, através de método medicamentoso, curetagem e esvaziamento manual intrauterino (AMIU).

Deverá ser garantida a continuidade do cuidado e do acompanhamento por um período de 06 (seis) meses, incluindo-se a realização dos exames regulares e dispensação de medicação, de acordo com os protocolos clínicos e diretrizes técnicas em vigor.

A coleta, guarda provisória, preservação e entrega de material com vestígios de violência sexual deverá ser alvo de pactuação, quanto às atribuições, entre a SESAB e o Instituto Médico Legal (IML) do Departamento de Polícia Técnica (DPT) da Secretaria da Segurança Pública (SSP).

Pacientes e acompanhantes que permanecerem na unidade em observação devem ter garantida a sua alimentação.

O Serviço de Atenção a Mulheres em Situação de Violência Sexual deverá ofertar os seguintes procedimentos, constantes na Tabela de Procedimentos do SUS:

- Consulta Médica na Atenção Especializada (CBO Médico Ginecologista);
- Consulta com Profissional de Nível Superior na Atenção Especializada - Enfermeiro/Psicólogo/Assistente Social/Farmacêutico;
- Atendimento Multiprofissional para Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual; Terapias em Grupo; Terapias Individuais;
- Exames de Patologia Clínica;
- Exames Radiológicos;
- Ultrassonografia.

Os espaços existentes para os atendimentos estão assim distribuídos:

Ambiente	Quantidade
Observação	04 leitos
Isolamento	01 leito
Consultório Médico	02
Consultório Psicologia	02
Sala de Serviço Social	01
Sala de Procedimentos	02



O Serviço de Atenção Integral à Mulher em Situação de Violência Sexual deverá disponibilizar, diariamente, no mínimo, em regime de plantão de 24 horas, os seguintes profissionais:

- Ginecologista;
- Psicólogo;
- Assistente Social;
- Enfermeiro;
- Técnico de Enfermagem.

APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO:

Entende-se por Apoio Diagnóstico e Terapêutico a disponibilização aos clientes de exames e ações de apoio diagnóstico e de terapia, dentro do perfil estabelecido para a Unidade, ofertando os exames necessários para o diagnóstico e a terapia. Os exames solicitados de emergência/urgência em todas as unidades do HOSPITAL DA MULHER deverão ser realizados imediatamente após sua solicitação, e o resultado não poderá ultrapassar duas horas após o horário da solicitação, salvo naquelas condições em que o processo mecanizado exija um tempo maior para sua realização. Os exames solicitados em caráter eletivo deverão ser realizados no máximo 24 horas após sua solicitação, salvo aqueles solicitados em vésperas de feriados e às sextas-feiras, que deverão ser realizados no 1º dia útil subsequente.

- Hemoterapia: através da Agência Transfusional, para pacientes em atendimento no ambulatório e em regime de internação hospitalar.
- Diagnóstico por Anatomia Patológica: para pacientes que realizarem biópsias no Serviço de Alta Resolução no Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Mama e Colo do Útero, o exame anátomo-patológico deverá ser realizado em laboratório implantado na própria Unidade Hospitalar. Para pacientes que realizarem procedimentos cirúrgicos em regime de Hospital-Dia ou internação hospitalar, o exame poderá ser realizado em serviço terceirizado exceto nos casos que tenha indicação para biópsia por congelamento. A biópsia por congelamento, melhor designada exame trans-operatório, é aquela em que o patologista examina o material durante o ato cirúrgico, ou seja, com o paciente na mesa de cirurgia e anestesiado. A conclusão deste exame poderá ser um diagnóstico ou informações importantes que poderão fazer o cirurgião modificar, de imediato, sua conduta cirúrgica. Para os exames realizados em serviço terceirizado, os resultados não deverão exceder o prazo de 30 dias. Resultados que não sejam procurados pelos pacientes, em um período de 60 dias, deverão ser encaminhados às Secretarias de Saúde dos respectivos Municípios de residência.
- Diagnóstico em Radiologia incluindo exames contrastados: para pacientes em atendimento no ambulatório e em regime de internação hospitalar. Procedimentos que necessitem de sedação deverão ser realizados na estrutura física do Hospital Dia.
- Diagnóstico por Ultrassonografia: para pacientes em atendimento no ambulatório e em regime de internação hospitalar;
- Diagnóstico por Tomografia Computadorizada: para pacientes em atendimento no ambulatório e em regime de internação hospitalar;
- Diagnóstico por Endoscopia Digestiva: para pacientes em regime de internação hospitalar, em leitos de terapia intensiva;
- Laboratório de Análises Clínicas ofertando todos os exames de: bioquímica, coprologia, hematologia, hormônios, imunologia, fluidos corporais (incluindo líquor), microbiologia, gasometria (na UTI) e uroanálise. Para pacientes em atendimento no



ambulatório e em regime de internação hospitalar. Os exames laboratoriais que não puderem ser realizados no próprio Hospital poderão ser disponibilizados pela contratada sob o regime de terceirização;

- Coleta de material;
- Métodos diagnósticos em especialidades;
- Fisioterapia para pacientes internados.

SERVIÇO DE APOIO PRÉ-HOSPITALAR (SAPH)

Deverá estar estruturado de forma a apoiar as ações de internação hospitalar do Hospital da Mulher, com funcionamento 24 horas por dia, sete dias por semana, assim organizado:

1. **Pré-Internação Cirúrgica:** destinado ao acolhimento e cuidados pré-operatórios de usuárias com procedimento cirúrgico (diagnóstico e/ou terapêutico) na modalidade Hospital Dia ou Internação Hospitalar, de caráter eletivo, agendado previamente pelo ambulatório do Hospital da Mulher, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 06 às 16 horas, podendo ter este horário estendido a depender do mapa cirúrgico diário. Tem como objetivo qualificar a assistência pré-cirúrgica, mediante a implementação de cuidados de enfermagem que devem incluir a entrevista pelo enfermeiro para orientações visando a redução de stress e exame físico com aferição de sinais vitais; checagem de exames pré-operatórios; avaliação de jejum e tricotomia; retirada de próteses; administração de medicação pré-anestésica, conforme prescrição médica; e, acompanhamento até o centro cirúrgico. Considerando a alta rotatividade diária, principalmente do Hospital-Dia, a implantação deste serviço deverá contribuir para agilização dos processos intra-operatórios, assim como a otimização de leitos de internação. Os ambientes destinados a esta atividade contemplam: (i) Sala de Enfermagem e (ii) Sala de Observação, com 13 leitos/poltronas.

A equipe profissional exclusiva para o setor de Pré-Internação Cirúrgica deverá ser composta por Enfermeiro e Técnicos de Enfermagem em número adequado aos cuidados propostos. Entretanto, considerando a especificidade das ações assistenciais, deverá contar com o apoio de outros profissionais do SAPH, a exemplo de médico anestesiológico, assistente social e psicólogo.

2. **Avaliação Ginecológica:** tem como objetivo acolher, proceder avaliação médica e realizar procedimentos necessários à confirmação diagnóstica de pacientes regulados pela Central Estadual de Regulação (CER), oriundas de serviços pré-hospitalares e hospitalares do Estado da Bahia, com suspeita de agravos infecciosos e/ou hemorrágicos relacionados ao aparelho reprodutor feminino. As atividades assistenciais deverão ser ofertadas 24 horas por dia, sete dias por semana. Os ambientes destinados a esta atividade contemplam: Consultórios Médicos (02); Sala de Serviço Social; Sala de Acolhimento e Classificação de Risco; Sala de Observação com 08 leitos; 01 leito para estabilização de paciente crítico; 01 leito de isolamento; Sala de Procedimentos; Farmácia satélite; Sala de Guarda de Equipamentos; DML.

A equipe profissional exclusiva para o setor de Avaliação Ginecológica deverá ser composta por Médico Ginecologista e/ou Cirurgião (02/24 horas); Enfermeiros e Técnicos de enfermagem em número adequado aos cuidados propostos, e Assistente Social.

Após a avaliação médica e confirmação diagnóstica, a paciente deverá, em atendendo ao perfil assistencial do Hospital da Mulher, ser admitida em regime de internação hospitalar, inclusive em leito de terapia intensiva se o quadro clínico assim exigir, ou ter garantia do agendamento ambulatorial para continuidade do tratamento. A paciente cuja avaliação médica indicar a necessidade de internação hospitalar, mas com diagnóstico que exija

27



assistência especializada não contemplada no perfil assistencial da unidade hospitalar, deverá ser contra-referenciada para unidade de referência através da CER, sendo garantida a permanência no SAPH, em leitos de observação até 24 horas ou até que a transferência seja efetivada.

3. **Atendimentos a Egressos:** tem como objetivo acolher, proceder avaliação médica e realizar procedimentos necessários ao atendimento a pacientes que, após a alta hospitalar do Hospital da Mulher, apresentem algum tipo de intercorrência. As atividades assistenciais deverão ser ofertadas 24 horas por dia, sete dias por semana e os ambientes e equipe profissional serão as mesmas previstas para o setor de Avaliação Ginecológica. Da mesma forma, deverá ser garantida a re-internação hospitalar, inclusive em leito de terapia intensiva, caso o quadro clínico assim exija.

HOSPITAL DIA:

Organizado para realizar procedimentos cirúrgicos, diagnósticos e terapêuticos, em ambiente hospitalar, que requeiram a permanência da usuária na unidade por um período máximo de 12 horas, de acordo com os critérios e elenco de procedimentos estabelecidos, no âmbito da saúde da mulher, pela Portaria GM/MS Nº 44 de 10 de janeiro de 2001, que Aprova no SUS a Modalidade de Assistência Hospital Dia.

Poderão ser ainda realizados procedimentos diagnósticos e/ou terapêuticos que, mesmo não compondo o elenco contido na legislação supra citada, por conta da necessidade de sua realização sob sedação, deverão ser realizadas no Hospital Dia.

Deverá ser programado para funcionar das 07:00 às 19:00 horas de segunda à sexta-feira, exceto feriados, com programação de atendimentos considerando quatro turnos (dois matutinos e dois vespertinos).

O acesso das usuárias de dará pelo Ambulatório do Hospital da Mulher, através de agendamento sob a responsabilidade do Serviço de Hospital-Dia, condicionado à realização de consulta pré anestésica.

Deverá ser garantida a continuidade da assistência após a alta hospitalar, no ambulatório de egressos, assim como a retaguarda para internação hospitalar em decorrência de complicações.

No processo de hospitalização estão incluídos:

- I. Tratamentos concomitantes, diferentes daquele classificado como principal que motivaram a internação do paciente, que podem ser necessários, adicionalmente, devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;
- II. Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação de acordo com a Relação Nacional de Medicamentos e Relação Estadual de Medicamentos;
- III. Procedimentos e cuidados de enfermagem, necessários durante o processo de internação;
- IV. Garantia da permanência de acompanhante para todas as pacientes;
- V. Refeições adequadas durante o período de permanência do paciente na Unidade.

Os espaços existentes para os atendimentos estão assim distribuídos:

Ambiente	Quantidade
Leitos	29
Salas Cirúrgicas	06
Centro de Recuperação Pós Anestésica	01 (um) Centro, com 03 (três) leitos

INTERNAÇÃO:

A assistência à saúde, prestada em regime de hospitalização, compreenderá o conjunto de atendimentos oferecidos ao paciente desde sua admissão no hospital até sua alta



hospitalar, pela patologia atendida, incluindo-se aí todos os atendimentos e procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar.

A paciente com diagnóstico confirmado de neoplasia maligna deverá ter garantia de continuidade de tratamento, conforme a necessidade terapêutica do caso (radioterapia e/ou quimioterapia) na Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), designada pela Contratante.

O acesso se dará nas 24 horas do dia, sete dias por semana. As pacientes serão oriundas do Ambulatório, além do Hospital Dia para os casos de complicação, bem como, regulados pela Central Estadual de Regulação.

O internamento do HM funcionará com a capacidade operacional para 107 leitos, assim distribuídos:

ESPECIALIDADES	Nº LEITOS
CLÍNICOS	
Geral	08
Oncologia	02
CIRÚRGICOS	
Geral	04
Ginecologia/Mastologia	36
Oncologia	30
Plástica	14
COMPLEMENTAR	
UTI - Unidade de Tratamento Intensivo Adulto	10
Isolamento	03
TOTAL	107

O HM dispõe de Centro Cirúrgico (04 salas de cirurgia) e Centro de Recuperação Pós-Anestésica (CRPA), com 02 leitos.

A internação do paciente dar-se-á no limite dos leitos contratados. Esgotando-se todas as possibilidades internas de acomodação dos pacientes, o gestor obrigará-se a encaminhar os pacientes aos serviços de saúde SUS, através da Central Estadual de Regulação, cuidando para garantir a continuidade da assistência.

No processo de hospitalização estão incluídos:

- Tratamentos concomitantes, diferentes daquele classificado como principal que motivaram a internação da paciente, que podem ser necessários, adicionalmente, devido às condições especiais da paciente e/ou outras causas;
- Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação, de acordo com a Relação Nacional de Medicamentos, com a Relação Estadual de Medicamentos e com a Política Estadual de Assistência Farmacêutica, incluindo vacinação, ou outros medicamentos, não incluídos nestas Relações e/ou nesta Política, no entanto, que sejam necessários à terapêutica da paciente;
- Procedimentos e cuidados de enfermagem, necessários durante o processo de internação;
- Garantia da permanência de acompanhante para Acompanhante para as pacientes adolescentes (Lei nº 8.069 de 13/07/1990); e, idosos (Lei nº 10.741 de 01/10/2003 – Estatuto de Idoso);
- Refeições adequadas durante o período de permanência do paciente na Unidade.
- Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, tanto na fase de tratamento, quanto na fase de



- recuperação, incluindo terapia renal substitutiva (TRS) para os pacientes internados na UTI.
- g) Tratamentos concomitantes, diferentes daquele classificado como principal que motivaram a internação do paciente, que podem ser necessários, adicionalmente, devido às condições especiais da paciente e/ou outras causas;
 - h) Assistência nutricional e, em casos especiais, ofertar suporte nutricional englobando alimentação enteral e/ou parenteral.
 - i) Assistência por equipe multiprofissional com médico e enfermeiro, inclusive o apoio de assistentes sociais, farmacêuticos, fisioterapeutas, nutricionistas, biomédico, bioquímico, psicólogos, psicoterapeutas, terapeutas ocupacionais e outros que se façam necessários. Deve-se estabelecer a equipe assistencial (médico inclusive) como referência para as pacientes internadas, com horário pactuado para atendimento à família e/ou sua rede social;
 - j) Utilização do Centro Cirúrgico e procedimentos de anestesia;
 - k) O material médico-hospitalar necessário para os cuidados de enfermagem e demais tratamentos;
 - l) Diárias de hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário, devido às condições especiais do paciente e/ou quarto de isolamento;
 - m) Sangue e hemoderivados;
 - n) Procedimentos especiais de alto custo incluindo medicamentos e outros que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do cliente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade da unidade hospitalar;
 - o) Fornecimento de roupas hospitalares, retirando de uso as roupas que não estiverem mais em condições de utilização e assegurando um estoque adequado para a manutenção do enxoval.
 - p) Garantir a realização das cirurgias eletivas e emergenciais, evitando cancelamentos administrativos (falta de pessoal, enxoval, material, medicamentos e outros).
 - q) OPME – Os valores referentes à utilização de órteses, próteses e materiais especiais, que venham a ser necessários, serão reembolsados à Entidade, pelos valores estabelecidos em tabela própria do SUS, após a efetiva comprovação da utilização da órtese e/ou prótese e/ou material especial, e a devida aprovação pelo Sistema Único de Saúde;
 - r) Deverá ofertar interconsultas, de acordo com as especialidades médicas descritas no Anexo III.

Especialidades Médicas

Para a adequada prestação dos serviços de atenção à saúde, o HM deverá disponibilizar as especialidades médicas que constam no Anexo III – Relação Mínima de Recursos Humanos Necessários.

Serviços Assistenciais

- a) Enfermagem;
- b) Nutrição;
- c) Farmácia;
- d) Fisioterapia;
- e) Fonoaudiologia;
- f) Assistência Social;
- g) Biomedicina;
- h) Patologia clínica;
- i) Psicologia.



Serviços de infra-estrutura e apoio logístico

- a) Centro Cirúrgico e Obstétrico e Sala de Recuperação Pós-Anestésica.
- b) Central de Material Esterilizado (CME);
- c) Serviço de Nutrição Parenteral e Enteral (terceirizado)
- d) Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF);
- e) Almoxarifado;
- f) Arquivo de Prontuários de Pacientes e Estatística;
- g) Núcleo de Manutenção Geral;
- h) Processamento de Roupas Hospitalares;
- i) Vigilância e Segurança Patrimonial;
- j) Transporte;
- k) Gases Industriais;
- l) Informatização – a ser instalado/adquirido pela OS;
- m) Higienização;
- n) Outros Serviços Administrativos (recepção, escritório, controle de pessoal, financeiro, etc).

4. PROJETOS ESPECIAIS E NOVAS ESPECIALIDADES DE ATENDIMENTO:

Se ao longo da vigência do contrato, de comum acordo entre as partes, a OS ou a SESAB, se propuserem a realizar outros tipos de atividades, diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas atividades diagnósticas e/ou terapêuticas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia, estas atividades deverão ser previamente estudadas, pactuadas e autorizadas pela SESAB. Estas atividades serão autorizadas após análise técnica, quantificadas e discriminadas separadamente do atendimento rotineiro do hospital, sendo então realizado o estudo econômico-financeiro, o orçamento e homologação através de Termo Aditivo ao contrato.

5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Tendo em vista que o **HOSPITAL DA MULHER** funcionará com o perfil descrito, sob **CONTRATO DE GESTÃO** com a SESAB, caso haja ampliação e adequação da estrutura física atual, que altere este perfil com a implantação de outros serviços assistenciais, a Organização Social (OS) selecionada deverá manter entendimento com a SESAB para eventuais alterações contratuais cabíveis.

5.1. A OS deverá se responsabilizar pela Gestão Administrativa do Hospital, incluindo, mas não se limitando:

- a) Gerenciamento da logística dos recursos materiais, financeiros, de informações e pessoal;
- b) Gerenciamento da Qualidade em Saúde;
- c) Contabilidade Financeira (gestão de recursos, lista de credores e devedores, fluxo de pagamentos);
- d) Representação, inclusive jurídica;
- e) Governança;
- f) Gerenciamento de Tecnologia em Saúde;
- g) Gerenciamento de Riscos;
- h) Recursos Humanos e Saúde Ocupacional;
- i) Relações com fornecedores;
- j) Educação permanente e aperfeiçoamento profissional;
- k) Gerenciamento das instalações (incluindo o Núcleo de Manutenção Predial, Engenharia Clínica e Segurança);
- l) Gerenciamento dos serviços de transporte;



- m) Gerenciamento da informação inclusive automatizada;
 - n) Projetos de sustentabilidade; e,
 - o) Patrimônio.
- 5.2. A OS deverá:
- a) Assegurar o cumprimento de todas as normas contábeis e financeiras;
 - b) Assegurar o cumprimento da Legislação Brasileira;
 - c) Prover as instalações e aparato necessários aos serviços de gestão administrativa;
 - d) Assegurar a capacitação do pessoal encarregado das funções de gestão administrativa;
 - e) Assegurar boas práticas de governança.
- 5.3. Serviços de Pessoal e de Terceiros – a OS contratada será integralmente responsável pela contratação de pessoal e de terceiros para execução dos serviços que compõem o Contrato. A OS contratada deve dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, com quantitativo compatível para o perfil da unidade e os serviços a serem prestados. Deverá desenvolver e implantar uma Política de Gestão de Pessoas, atendendo as Normas da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT/MTE, assim como deverá implantar e desenvolver uma Política de Segurança do Trabalho e Prevenção de Acidentes, em conformidade com a NR 32/2005 do MTE, assim como as Resoluções dos Conselhos Profissionais. Os Programas de Educação Permanente em saúde poderão ser realizados pelo hospital, em parceria com os gestores, instituições de ensino e outras organizações com esta finalidade, a partir das necessidades de formação de cada categoria profissional.
- 5.4. O médico designado como Diretor/Responsável Técnico do HOSPITAL DA MULHER, somente poderá assumir a Responsabilidade Técnica por uma única unidade cadastrada pelo Sistema Único de Saúde.
- 5.5. A equipe médica e de enfermagem deverá ser disponibilizada em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços e composta por profissionais das especialidades exigidas, possuidores do título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (Resolução CFM nº. 1634/2002) e no Conselho Regional de Enfermagem (Resolução COREN nº293/2004.), ensejando que a unidade realize a atividade assistencial quantificada no contrato.
- 5.6. Aquisição e Gestão de Suprimentos - é dever da OS manter estoque em qualidade e quantidade suficientes de medicamentos, material médico hospitalar e correlatos. A OS só poderá utilizar os produtos farmacêuticos registrados na ANVISA e manter em funcionamento a Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) com registros das deliberações em ata. É vedada a utilização de materiais e substâncias proibidas no território nacional.
- 5.7. A OS deverá realizar o processo de seleção dos medicamentos através do CFT. O elenco de medicamentos deverá obedecer aos critérios de seleção estabelecidos pela CFT e deverão seguir os preceitos de eficácia, segurança, qualidade e custo baseando-se nas mais fortes evidências científicas.
- 5.8. A OS deverá elaborar e implantar o Plano Diretor de Gestão ou Plano de Ação Gerencial da Instituição.
- 5.9. Os manuais, procedimentos e/ou rotinas administrativas de funcionamento e de atendimento deverão estar disponibilizadas escritas ou em sistema informatizado, acessível a todos os profissionais, atualizadas e revisadas, assinadas pelo Diretor/Responsável Técnico. Os procedimentos e rotinas devem abordar todos os



processos envolvidos na assistência, que contemplem desde os aspectos organizacionais até os operacionais e técnicos.

- 5.10 A OS deverá definir protocolos clínicos, garantindo a eliminação de intervenções desnecessárias e respeitando a individualidade do sujeito, que deverão estar disponibilizadas escritas ou em sistema informatizado, acessível a todos os profissionais da assistência à saúde, atualizadas e revisadas, assinadas pelo Diretor/Responsável Técnico.
- 5.11. A unidade deve possuir o prontuário do paciente individualizado, com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, intervenções e exames realizados, todas devidamente escritas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos, equipe de enfermagem, fisioterapia, nutrição e demais profissionais que o assistam). Os prontuários deverão estar devidamente ordenados no Serviço de Arquivo de Prontuários e Estatística – sob metodologia específica - garantindo a recuperação do mesmo prontuário para cada paciente, evitando a duplicação, perda de informação e espaço de estocagem.
- 5.12. O HOSPITAL DA MULHER deverá implementar, no mínimo, as seguintes Comissões/Núcleos/Comitês:
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - CIPA;
 - Grupo de Trabalho em Humanização;
 - Comissão de Ética Médica;
 - Comissão de Ética de Enfermagem;
 - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH;
 - Comissão de Avaliação do Prontuário do Paciente;
 - Comissão de Avaliação e Revisão de Óbitos;
 - Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos – CIHDOTT;
 - Comitê de Fármaco, Tecno e Vigilância;
- 5.13. A OS deverá dispor de serviços de tecnologia com sistema para gestão hospitalar e gestão financeira e orçamentária, que contemple no mínimo: marcação de consultas, exames complementares, controle de estoques (almoxarifado e farmácia), controle financeiro e orçamentário, prontuário médico (observando o disposto na legislação vigente, incluindo a Resolução CFM nº. 1.638/2002), serviços de apoio e relatórios gerenciais, que permitam a SESAB acessar via Internet (WEB) e atendam aos indicadores e informações especificados no Contrato de Gestão e na legislação vigente (Portarias, Normas, RDC, Decretos, Instruções Normativas, entre outros). Caberá à contratada a instalação da rede lógica (estruturada) e elétrica para informática, bem como a aquisição de microcomputadores, microcomputador tipo servidor, impressoras, ativos de rede (switch), rede wireless, link de comunicação de dados, sistema de gestão hospitalar e outros, para o pleno funcionamento e informatização do Hospital.
- 5.13.1. Na Gestão de Tecnologia da Informação (TI) deverão constar os controles que automatizam a maioria dos processos primários e de apoio de um hospital, quais sejam:
- Paciente;
 - Agendamento;
 - Controle de Prontuário;
 - Ambulatório;
 - Pronto Atendimento;
 - Internação;
 - Laboratório de Análises Clínicas;
 - Controle de laudos por imagens;
 - Controles de Material Esterilizado;
 - Prescrição Eletrônica;



- Enfermagem e serviços assistenciais;
- Serviço de Controle de Infecção Hospitalar;
- Centro Cirúrgico;
- Faturamento SUS;
- Serviço de Atendimento ao Usuário – SAC;
- Serviço de Nutrição e Dietética;
- Serviço de Materiais - logística (incluso aquisição/compras) e demais controles administrativos (pessoal, finanças, contabilidade, recepção, manutenção, etc.);
- Processamento de roupas;
- Orçamento, finanças e custos hospitalares.
- Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) - dentro do prazo previsto de 03 (três) meses, a partir da assinatura do Contrato de Gestão e observando o disposto na legislação vigente, incluindo a Resolução CFM nº. 1.639/2002. O PEP deve armazenar dados de atendimento ambulatorial, de internação hospitalar, compatibilizando-se e interligando-se ao sistema indicado pela SESAB (barramento), com capacidade de gerar faturamento automático no SIA – Sistema de Informação Ambulatorial e SIH – Sistema de Informação Hospitalar;
- Controles de Nutrição e Dietética;
- Gerenciamento de Estoques - logística (incluso aquisição/compras) e demais controles administrativos (pessoal, finanças, contabilidade, recepção, manutenção, etc.);
- Controle de patrimônio;
- Controles Gerais de Enxoval e Processamento de Roupas Hospitalares;
- Painéis para atendimento ao paciente.

5.14. A Gestão do HOSPITAL DA MULHER deverá respeitar a Legislação Ambiental e possuir toda a documentação exigida.

5.15. A Unidade deverá dispor de um Núcleo de Manutenção Geral – NMG que contemple as áreas de manutenção predial, hidráulica, mecânica, eletrônica e elétrica, assim como um serviço de gerenciamento de equipamentos de saúde. O NMG deverá possuir um responsável técnico que possua nível superior legalmente habilitado, com registro no respectivo conselho de classe.

5.15.1. Será de responsabilidade do NMG:

- Manutenção dos equipamentos conforme manual de orientação do fabricante, e/ou a contratação de serviço de manutenção especializado credenciado pelo fabricante;
- Plano de gerenciamento de equipamentos médicos conforme Resolução nº 2 de 25/01/10.

5.16. A unidade deverá dispor de um Serviço de Farmácia Hospitalar, dirigido por farmacêutico, subordinado diretamente a uma Coordenação ou Diretoria médica, que desenvolva atividades clínicas e relacionadas à gestão, que devem ser organizadas de acordo com as características do hospital onde se insere o serviço, isto é, manter coerência com o porte e o nível de complexidade do mesmo.

5.16.1. Será de responsabilidade do Serviço de Farmácia Hospitalar:

- O gerenciamento da estrutura organizacional e infraestrutura que viabilizem as ações do Serviço de Farmácia;
- A gestão da farmácia, da central de abastecimento farmacêutico e/ou do almoxarifado de material médico-hospitalar e correlatos, que será coordenado por profissional farmacêutico devidamente inscrito no conselho de classe;
- A seleção de medicamentos;



- A compra e/ou supervisão de medicamentos, material médico hospitalar e correlatos realizada por profissionais farmacêuticos devidamente inscritos no conselho de classe;
 - Apoio na seleção de materiais médico-hospitalares e correlatos, junto com a Comissão de Padronização de Material Médico Hospitalar e Correlatos;
 - O ciclo logístico da assistência farmacêutica hospitalar
 - A otimização da terapia medicamentosa (seguimento farmacoterapêutico), objetivando assegurar o uso racional de medicamentos.
 - As ações em Farmacotécnica, tais como: apoio no preparo e diluição de germicidas, aquisição de preparações magistrais e oficinais, fracionamento e re-embalagem de medicamentos estéreis ou não estéreis;
 - A realização de ações de farmacovigilância no hospital, notificando as suspeitas de reações adversas e queixas técnicas às autoridades sanitárias competentes.
- 5.17. A Gestão do HOSPITAL DA MULHER contará com a possibilidade de disposição de recurso financeiro (não mensal) de até 10% do valor global do contrato destinado à realização de ampliação e reforma de infraestrutura, obras e aquisição de equipamentos em caso de substituição devido à tecnologia obsoleta ou por ampliação de serviços.
- 5.17.1. Após análise e aprovação da especificação ou projeto apresentado pela Organização Social gestora à SESAB, será providenciado elaboração de instrumento legal para liberação do recurso e a inserção da respectiva meta no contrato de gestão.
- 5.17.2. O repasse do recurso não será mensal, e só ocorrerá após análise que reza o item anterior.
- 5.18. A OS se obriga a, durante todo o prazo de vigência do Contrato de Gestão, conservar todos os equipamentos clínicos, não clínicos e mobiliários, bem como todos os instrumentos cirúrgicos para realização de exames, os respectivos equipamentos e acessórios, assim como deverá manter o ambiente seguro, com práticas que assegurem padrões altos de conforto e limpeza.
- 5.19. A unidade deverá dispor do Serviço de Epidemiologia Hospitalar, que será responsável pela realização de vigilância epidemiológica de doenças de notificação compulsória no âmbito hospitalar, assim como ações relacionadas a outros agravos de interesse epidemiológico.
- 5.20. A Gestão do HOSPITAL DA MULHER poderá celebrar Contrato de Comodato para os equipamentos de laboratórios e materiais de análises clínicas, bomba de infusão, órteses e caixas específicas de ortopedia para implantes de próteses.
- 5.21. A OS não poderá envolver as instalações, os usuários ou o Governo do Estado da Bahia em nenhum tratamento experimental ou pesquisa médica sem prévia permissão do Governo e das Comissões de Ética.
- 5.22. Relacionamento com os usuários - a Unidade Hospitalar deverá funcionar em um sistema de visita com horário pré-determinado, mas de modo que permita a visita dos genitores e/ou responsáveis por clientes adolescentes internados no hospital até as 21 (vinte e uma) horas e até as 17(dezessete) horas para os demais.
- 5.23. A equipe assistencial da paciente deverá se estabelecer como referência, com horário pactuado para atendimento à família e/ou sua rede social. Para isto deverão ser implantados mecanismos de gestão da clínica visando a qualificação do cuidado, eficiência de leitos, reorganização dos fluxos e processos de trabalho, e implantação de equipe de referência para responsabilização e acompanhamento dos casos



- 5.24. A OS deverá fornecer às clientes todas as informações relacionadas aos tratamentos, implantar e utilizar, normalizando, o Termo de Consentimento do cliente ou responsável pela cliente, na forma das normas regulamentares do Conselho Federal de Medicina.
- 5.25. Todos as pacientes internadas terão direito à assistência religiosa e espiritual, caso desejem.
- 5.26. A OS fica obrigada a fornecer à cliente ou ao responsável o relatório de atendimento – Relatório de Alta Hospitalar -, contendo, no mínimo:
- Nome da paciente;
 - Nome do hospital;
 - Endereço do hospital;
 - Motivo da internação (CID-10);
 - Data da admissão e data da alta;
 - Procedimentos realizados e tipo de prótese, órtese e/ou materiais empregados, quando for o caso;
 - Diagnóstico – principal e secundário – da alta;
 - Cabeçalho contendo a inscrição "Esta conta deverá ser paga com recursos públicos".
- 5.27. A OS deverá informar, mensalmente, toda a produção ambulatorial e hospitalar do HM nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde (Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS, Sistema de Informação Hospitalar – SIH/SUS), em meio magnético, para processamento na Secretaria Estadual de Saúde, obedecendo ao cronograma oficial.
- 5.28. A enfermagem do HOSPITAL DA MULHER deverá instituir a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) de acordo com a Resolução COFEN nº 272/2004 que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem nas instituições de saúde brasileira.
- 5.29. Os serviços de anatomia patológica e de nutrição enteral e parenteral que se fizerem necessários ao esclarecimento diagnóstico e terapêutica da paciente deverão ser contratados pela OS para o atendimento no HOSPITAL DA MULHER.
- 5.30. A unidade deverá servir de campo para a prática de atividades curriculares na área da saúde das Instituições de Ensino Superior e Ensino Médio, que estejam formalmente conveniados com a SESAB. Qualquer atividade de Ensino, Pesquisa e ou Extensão deverá ser regulada e respeitar os critérios estabelecidos pela Escola Estadual de Saúde Pública ou pela Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis, conforme o caso, e não diretamente pela Direção da Unidade Hospitalar.
- 5.30.1. Os profissionais da assistência não poderão realizar preceptoria de estágio/residência, de forma concomitante ao horário de trabalho.
- 5.30.2. A OS é responsável por disponibilizar computadores com acesso à Internet para possibilitar a realização de pesquisas pelos estudantes/acadêmico-residentes.
- 5.31. A OS é responsável por formalizar com outros serviços existentes na própria Região de Saúde, ou em outra, garantia de acesso aos serviços assistenciais não implantados no HM, em atendimento ao disposto no Art.20 da RDC nº07/2010 da ANVISA.
- 5.32. O rol de leis e normas sanitárias no qual a gerência do hospital deverá se apoiar, dentre outras, observando suas atualizações, são:
- Lei 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde.
 - Lei 8.142/90 – Define Formas de Financiamento e Controle Social do SUS.
 - Decreto nº. 7.508, de 28 de junho de 2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do SUS.
 - Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS) – define critérios e parâmetros de caráter qualitativos.



- V. Lei 9.431/97 – versa sobre a obrigatoriedade de manutenção de Programa de Controle da Infecção Hospitalar (PCIH) e constituição de Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) nas Unidades Hospitalares.
- VI. Portaria GM/MS nº. 2.616 de 12 de maio de 1998 – estabelece as diretrizes e normas para prevenção e controle das infecções hospitalares, inclusive criação e organização da CCIH (agora com o nome amplo de Controle de Infecção em Serviços de Saúde) e manutenção de Vigilância Epidemiológica e Indicadores Epidemiológicos das Infecções Hospitalares.
- VII. Portaria GM/MS nº. 67 de 21/02/1985 – define uso e condições sobre o uso de saneantes e domissanitários (esta sofreu várias alterações e inclusões através das Portarias: nº. 01/DISAD - 27/06/85; nº. 607 - 23/08/85; nº. 15/MS/SVS - 23/08/88; nº. 05 - 13/11/89; nº. 122 - 29/11/93; nº. 453/SNVS/DTN - 11/09/96; nº. 843/MS/SVS - 26/10/98).
- VIII. RDC nº. 306, de 7 de dezembro de 2004 que complementa a RDC 50/2002 e substitui a Portaria 1884 de 11/11/1994 – Estabelece normas destinadas ao exame e aprovação dos Projetos Físicos de Estabelecimentos de Assistenciais de Saúde. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
- IX. Portaria nº 1.914 de 09 de agosto de 2011 - aprova a Classificação de Risco dos Agentes Biológicos elaborada em 2010, pela Comissão de Biossegurança em Saúde (CBS), do Ministério da Saúde.
- X. Portaria SAS nº. 312, de 30 de abril de 2002. Estabelece, para utilização nos hospitais integrantes do SUS, a padronização da nomenclatura do censo hospitalar constante em anexo.
- XI. Portaria nº. 1.559 de 1º de agosto de 2008 que instituiu a Política Nacional de Regulação do SUS.
- XII. Portaria GM nº. 2.529 de 23 de novembro de 2004 - que institui a o subsistema Nacional de Vigilância Epidemiológica em Âmbito Hospitalar.
- XIII. Portaria nº. 123 de 28 de dezembro de 2005 – que define alterações e adequações na portaria 210 de 15 de junho de 2004.
- XIV. Lei nº. 8.096 de 14 de julho de 1990 - que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- XV. Resolução – RDC nº 7 de 24 de fevereiro de 2010 – que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências.
- XVI. Resolução RDC nº. 07, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências e a Resolução - RDC nº 26, de 11 de maio de 2012 que a altera.
- XVII. Portaria nº. 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais.
- XVIII. Decreto nº. 11.935, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a política estadual de assistência farmacêutica e dá outras providências.
- XIX. Resolução nº. 338, de 06 de maio de 2004. Institui a política nacional de assistência farmacêutica.
- XX. Portaria nº. 120 de 14 de abril de 2009- institui em forma de Anexo as Normas de Classificação e Credenciamento/ Habilitação dos Serviços de Assistência de Alta Complexidade em Terapia Nutricional Enteral / Parenteral.
- XXI. Resolução RDC nº. 36, de 25 de julho de 2013 – institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde.
- XXII. Portaria MS/GM Nº 4279 de 30 de dezembro de 2010- estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde, no âmbito do SUS.



- XXIII. Portaria GM/MS Nº 44 de 10 de janeiro de 2001- aprova, no âmbito do SUS, a modalidade de assistência Hospital Dia.
- XXIV. Portaria GM/MS Nº 426 de 22 de março de 2005 que institui a Política Nacional de Atenção Integral em Reprodução Humana Assistida.
- XXV. Portaria SAS/MS Nº 388 de 06 de julho de 2005 que determina que as Secretarias da Saúde dos estados adotem, em conjunto com os municípios, as providências necessárias para a organizar e implantar as redes estaduais/municipais de atenção em reprodução humana assistida.
- XXVI. Portaria GM/MS Nº 189/2014 - institui o Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo do Útero (SRC) e Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Mama (SDM).
- XXVII. Portaria GM/MS Nº 485 de 1º de abril de 2014 - redefina o funcionamento do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual, no âmbito do SUS.
- XXVIII. Lei 12.732 de 22 de novembro de 2012- dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.
- XXIX. Portaria GM/MS Nº 140 de 27 de fevereiro de 2014- redefina os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia.

**ANEXO II
METAS DE PRODUÇÃO
HOSPITAL DA MULHER**

1. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:

- Realizar, no mínimo, 1.081 (um mil e oitenta e uma) saídas hospitalares/mês.
- O indicador de aferição será a SAÍDA HOSPITALAR, comprovada por AIH – Autorização de Internação Hospitalar, informada, mensalmente, nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde. A Contratada deverá registrar, também, em Relatório/Sistema ou congêneres, indicado pela SESAB.
- O número de leitos e as saídas hospitalares deverão obedecer à capacidade instalada, sendo que o número de saídas hospitalares do Hospital -Dia deverá obedecer à capacidade de realização de procedimentos por Sala Cirúrgica, considerando 02 procedimentos/sala/turno, conforme descrito no quadro a seguir:

MODALIDADES/ESPECIALIDADES	Nº. DE LEITOS	SAÍDAS/MÊS
HOSPITAL DIA:	29	480
04.07 - Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal		48
04.09- Cirurgia do Aparelho Genito-Urinário		240
04.10 - Cirurgia da Mama		144



04.13 – Cirurgia Reparadora		48
INTERNAÇÃO:		
Clínica Médica:	13	63
Clínica Geral	11	53
Oncologia	02	10
Clínica Cirúrgica:	84	538
04.07- Cirurgia do Aparelho Digestivo, Órgãos Anexos e Parede Abdominal		32
04.09- Cirurgia do Aparelho Genito-Urinário		218
04.10 - Cirurgia da Mama		16
04.13 – Cirurgia Reparadora		128
04.16- Cirurgia em Oncologia		144
Unidade Tratamento Intensivo (UTI) Adulto	10	-
TOTAL	136	1.081

2. ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL:

Deverá ter o seguinte potencial de produção descrito no quadro abaixo:

PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS

GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNOSTICA	META MENSAL
02.01- Coleta de Material	
02.01.01.015-1 Biópsia de Endométrio	
02.01.01.016-0 Biópsia de Endométrio por Aspiração Manual Intra Uterina	
02.01.01.050-0 Biópsia/Punção de Vagina	
02.01.01.051-8 Biópsia/Punção de Vulva	
02.01.01.053-4 Biópsia Estereotáxica	
02.01.01.054-2 Biópsia Percutânea Orientada por TC/Ultrassom/Rx	
02.01.01.056-9 Biópsia/Exerese de Nódulo de Mama	
02.01.01.058-5 Punção Aspirativa de Mama por Agulha Fina	
02.01.01.060-7 Punção de Mama por Agulha Grossa	
02.01.01.061-5 Punção de Vagina	
02.01.01.066-6 Biópsia de Colo Uterino	
02.02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico	11.765
02.03 – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia	3.500
02.04 - Diagnóstico por Radiologia	
02.04.02.003-4 Radiografia de Coluna Cervical	
02.04.02.006-9 Radiografia de Coluna Lombo-Sacra	
02.04.02.009-3 Radiografia de Coluna Torácica	
02.04.02.010-7 Radiografia de Coluna Toraco-Lombar	
02.04.02.012-3 Radiografia de Região Sacro-Coccigea	
02.04.03.003-0 Mamografia	
02.04.03.004-8 Marcação Pré-Cirúrgica de Lesão Não Palpável de Mama	
02.04.03.015-3 Radiografia de Tórax	
02.04.05.006-5 Histerossalpingografia	
	1.806



02.05 - Diagnóstico por Ultrassonografia	1.806
02.06 – Diagnóstico por Tomografia	271
02.11 - Métodos Diagnóstico em Especialidades	
02.11.04.002-9 Colposcopia	
02.11.04.003-7 Exame Microbiológico de Conteúdo Cérvico-Vaginal	902
02.11.04.004-5 Histeroscopia Diagnóstica	
02.11.04.005-3 Persuflação Tubária Diagnóstica	
TOTAL DO GRUPO 02	22.158
GRUPO 03 – PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	
03.01.01. 004-8 – Consulta de Profissionais de Nível Superior (exceto médico)	9.020
03.01.01.007-2 – Consulta Médica na Atenção Especializada	9.020
03.01.04 – Outros atendimentos realizados por Profissional de Nível Superior (Atendimento Multiprofissional para Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual; Terapias em Grupo; Terapias Individuais; Atendimento Clínico Planejamento Familiar)	1.864
TOTAL DO GRUPO 03	19.904
GRUPO 04 – CIRURGIAS AMBULATORIAIS	
04.06 - Cirurgia do aparelho circulatório	
04.07 - Cirurgia do aparelho digestivo, órgãos anexos e parede abdominal	
04.09 - Cirurgia do Aparelho Genito-Urinário	480
04.10- Cirurgia da Mama	
04.12 - Cirurgia torácica	
04.15 - Outras cirurgias	
TOTAL DO GRUPO 04	480
TOTAL GERAL	42.542

ANEXO III
RELAÇÃO MÍNIMA DE RECURSOS HUMANOS POR CATEGORIA PROFISSIONAL
HOSPITAL DA MULHER

Pessoal Diretoria
Diretor Geral
Diretor Técnico
Gerente Operacional
Gerente Administrativo/Financeiro
Médicos
Profissionais 24 horas
Anestesia
Cirurgia Geral
Clínica Geral
Ginecologia
Diaristas (Cuidado Horizontal)
Cirurgia Geral
Clínica Geral
Ginecologia
Serviço de Alta Resolução para Diagnóstico de Câncer
Ginecologia
Mastologia
Ultrassonografia
Ambulatório
Anestesia (consulta pré-anestésica/cirurgia eletiva)



Cirurgia Geral
Clínica Geral (para egressas)
Ginecologia
Mastologia
Cirurgia Plástica
Urologia
Ultrassonografista
Serviço de Apoio Pré-Hospitalar (SAPH)
Pré-Interação Cirúrgica
Anestesiologista
Atendimentos a Egressos
Ginecologista
Cirurgião
Serviço de Atenção Integral a Mulheres em Situação de Violência Sexual
Ginecologista
Unidade de Terapia Intensiva
Intensivista
Interconsultas
Cardiologia
Angiologia/Cirurgia Vascular
Cirurgia geral
Hematologia
Infectologia
Nefrologia
Neurologia
Ortopedia
Pneumologia
Gastroenterologia
Oftalmologia
Otorrinolaringologia
Urologia
SADT
Cardiologia
Endoscopia Digestiva (para a UTI)
Hematologia
Citopatologia
Radiologia
Ultrassonografia
Nutrologia (serviço terceirizado)
Pessoal Assistência à Saúde (nível universitário)
Assistente Social
Biomédico
Bioquímico
Enfermeiro
Farmacêutico
Fisioterapeuta
Nutricionista
Psicólogo
Terapeuta Ocupacional
Fonoaudiólogo



Pessoal Assistência à Saúde (nível técnico)
Técnico de Enfermagem
Técnico de Radiologia
Técnico em Nutrição
Técnico em Patologia Clínica
Pessoal de Apoio Administrativo (nível universitário)
Administrador Hospitalar
Bibliotecário (arquivista – pode ser contratado)
Engenheiro (manutenção – pode ser contratado)
Tecnólogo da Informação (gestão e/ou segurança – pode ser contratado)
Pessoal de Apoio Administrativo
Almoxarife
Auxiliar Administrativo/Secretaria
Auxiliar de almoxarifado
Auxiliar de Serviços Gerais (higiene, rouparia, cozinha, maqueiro, etc)
Cozinheiro dietético
Cozinheiro geral
Motorista
Recepcionista
Técnico em Informática
Técnico Administrativo (material/pessoal)
Técnico arquivista
Técnico Contabilidade/Faturista
Técnico em Edificação
Técnico em Eletricidade
Técnico em Eletrônica
Técnico em Hidráulica
Técnico Estatístico
Vigilante/Portaria

ANEXO IV
DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** constitui-se em pessoa jurídica de direito privado que comprove total independência e imparcialidade face à **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** e à **SESAB**.

O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** será selecionado pela **SESAB** e contratado, sob o regime privado, pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, a quem competirá arcar, integralmente, com os respectivos custos da contratação.

A contratação do **VERIFICADOR INDEPENDENTE** ocorrerá, em até 40 (quarenta) dias corridos, após a assinatura deste instrumento Contratação e sua atuação terá início, no



prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, após a assinatura deste Contrato de Gestão, e perdurará até o final do mesmo.

Considera-se **VERIFICADOR INDEPENDENTE** a empresa responsável por auxiliar a **SESAB** na fiscalização do Contrato de Gestão, durante toda a sua execução.

O trabalho do **VERIFICADOR INDEPENDENTE** deve ser desenvolvido em parceria com a **SESAB** e com a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, promovendo a integração das equipes e alinhamento em relação às melhores práticas a serem adotadas.

A contratação do **VERIFICADOR INDEPENDENTE** deverá observar as diretrizes indicadas no corpo deste Anexo e no Contrato de Gestão.

2. CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

A **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** deverá apresentar, para prévia homologação da **SESAB**, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, após a assinatura do Contrato de Gestão, ao menos 03 (três) empresas ou consórcios de empresas que reúnam as condições mínimas de qualificação para atuar como **VERIFICADOR INDEPENDENTE**.

As empresas ou consórcios deverão atender aos seguintes requisitos:

- a) ter pelo menos 05 (cinco) anos de experiência;
- b) ter comprovadamente executado serviços de características semelhantes aos descritos, neste item, assim entendidos como atividades de:
 - I. fiscalização/verificação/auditoria;
 - II. gerenciamento;
 - III. supervisão;
 - IV. controle.
- b.1) As atividades deverão ser comprovadas em Unidades Públicas de Saúde.
- b.2) A comprovação de que trata esta alínea se dará obrigatoriamente em, no mínimo duas, das atividades listadas.
- c) apresentar plano de trabalho demonstrando a metodologia a ser aplicada na condução dos trabalhos de acompanhamento das atividades da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** e seus contratados;
- d) não estar submetida à liquidação, intervenção ou Regime de Administração Especial Temporária - RAET, falência ou recuperação judicial; não encontrar-se em cumprimento de pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração; não ter sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não ter sido condenada, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605, de 12.02.1998;



- e) contar com equipe técnica de especialistas de nível superior, qualificados profissionalmente, para o desempenho das atividades a que se propõe.

As propostas entregues pelas empresas pré-selecionadas serão avaliadas pela **SESAB**. A avaliação e seleção da proposta dos participantes do processo será realizada observando cumulativamente aos seguintes critérios:

- I. Atendimento aos parâmetros estabelecidos neste Anexo;
- II. Preço compatível com o mercado; e
- III. Experiência e qualificação compatível com o objeto do Contrato de Gestão.

A **SESAB** poderá, a seu critério e a qualquer tempo:

- I. Solicitar das participantes da seleção informações adicionais para ratificar ou complementar sua proposta; e
- II. Excluir da seleção empresas que possivelmente tenham interesses conflituosos com a prestação dos serviços, de modo a comprometer sua independência e imparcialidade.

A **SESAB** se manifestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, acerca da adequação das empresas ou consórcios de empresas apresentados pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, cabendo à **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** formalizar, também no prazo máximo de 10 (dez) dias antes, a contratação de uma entre as empresas homologadas pela **SESAB**, para atuar como **VERIFICADOR INDEPENDENTE**. Uma vez contratada a empresa, ela disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para iniciar suas atividades.

Observados os requisitos e impedimentos referidos, previstos neste Anexo, a equipe do **VERIFICADOR INDEPENDENTE** deverá contar com especialistas de nível superior em todas as áreas de conhecimento relevantes para o desempenho das atribuições elencadas neste Anexo, devendo ainda ter à disposição e mobilizar, se necessário, especialistas de renome para apresentação de parecer relativo a questões surgidas durante a execução do contrato que exijam esse tipo de análise.

Dentre os profissionais indicados para compor a equipe técnica do **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, deverão necessariamente estar relacionados técnicos, devidamente qualificados profissionalmente, para emissão de relatórios e laudos técnicos de aferição do cumprimento de todas as diretrizes constantes deste Contrato de Gestão, com observância das normas nacionais e internacionais e demais técnicas e métodos aplicáveis à área de gestão e de saúde.

Caso a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** não contrate o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** selecionado pela **SESAB** ou não atenda aos prazos estabelecidos para tanto, a mesma estará sujeita ao desconto, no valor de repasse mensal, do preço máximo estimado por este Contrato de Gestão, para contratação daquele. Além disso, na periodicidade prevista pelo Anexo Técnico I – Sistema de Repasse financeiro, a partir do quarto mês do Contrato, serão aplicados os descontos máximos possíveis, referentes às metas qualitativas e às metas quantitativas, com ajustes financeiros a menor, até que seja efetivada a referida contratação,



e, posterior apuração pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE** do desempenho quantitativo e qualitativo, com a realização do encontro de contas.

O **CONTRATO** a ser celebrado entre a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** e o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** não deverá exceder o prazo de vigência de 05 (cinco) anos, podendo, excepcionalmente, desde que autorizado previamente pela **SESAB**, ser aditivado até o sexto ano. Sempre que houver disponibilidade no mercado, deverá ser promovida a rotatividade entre a empresa e os profissionais a serem contratados.

Quando da contratação do **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** fará constar no contrato a obrigação do **VERIFICADOR** atender integralmente ao disposto no Contrato de Gestão.

3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA SELEÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

Não poderão ser contratadas como **VERIFICADOR INDEPENDENTE** as seguintes pessoas jurídicas e ou consócios:

- I. Impedidas ou suspensas de contratar com a Administração Pública;
- II. Cujos sócios tenham participação direta ou indireta na administração ou no corpo diretivo da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**; e,
- III. Que, de alguma forma, possam ter sua independência e imparcialidade comprometidas.

4. ATRIBUIÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

A fiscalização do cumprimento das obrigações pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, durante a execução deste Contrato de Gestão, serão realizadas pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, a quem caberá, mensalmente ou em periodicidade ressalvada pelos dispositivos a seguir, entre outras obrigações a serem definidas pela **SESAB** quando da contratação:

- I. Apurar o cumprimento dos Indicadores Quantitativos e dos Indicadores Qualitativos deste Contrato de Gestão.
- II. Calcular a variação do repasse de custeio mensal, de acordo com a metodologia indicada pelos Anexos Técnicos I – Sistema de Repasse financeiro e II – Indicadores de Qualidade.
- III. Realizar o cálculo dos reajustes de valores previstos neste Contrato de Gestão.
- IV. Apurar o reflexo econômico-financeiro ao Contrato de Gestão, resultante de re-pactuação de metas sejam de atividades assistenciais, sejam de metas qualitativas, acordada entre as Partes, por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.
- V. Realizar, mensalmente, o cálculo do valor de depósito proporcional ao provisionamento trabalhista / verbas rescisórias, descritos abaixo, a ser efetuado pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, com apresentação de parecer técnico à **SESAB**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, com base na folha de pagamento da Organização Social:

- a) 13º (décimo terceiro) salário;



- b) Férias e um terço constitucional de férias;
 - c) Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
 - d) Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- VI. Ressalta-se que os percentuais mínimos relativos às provisões de encargos trabalhistas, sociais e previdenciários estão definidos pelo Anexo Único do Decreto Estadual nº 15.219, de 30 de junho de 2014.
- VII. Auditar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento, verificando o valor pago pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, a título de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- VIII. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, apresentar parecer técnico à SESAB, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos a contar da informação prestada pela Organização Social, para que possa ser efetuado o acompanhamento e arquivamento da informação.
- IX. Acompanhar a pesquisa de satisfação dos Usuários a ser realizada pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL.
- X. Acompanhar a implantação e o funcionamento regular das Comissões/Comitês/Núcleos e/ou congêneres, previstos neste Contrato de Gestão.
- XI. *Apurar taxas de: Mortalidade Geral e Institucional, Ocupação Hospitalar, Infecção Hospitalar, Média de Permanência (em dias), de acordo com a sua aplicabilidade.
- XII. Acompanhar e/ou fiscalizar a execução serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL.
- XIII. Verificar custos/despesas e receitas principais e extraordinárias.
- XIV. Verificar a coerência e a compatibilidade, com a realidade, dos dados registrados pela Organização Social, no APURASUS ou sistema equivalente, disponibilizado pelo Ministério da Saúde.
- XV. Apurar a qualidade dos gastos efetuados pela ORGANIZAÇÃO SOCIAL, assim como a economicidade no desenvolvimento das atividades.
- XVI. Monitorar os resultados da execução da gestão e validar os dados obtidos.
- XVII. Avaliar o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Gestão, sempre que suscitado por quaisquer das partes, analisando o cenário que o originou, gerando, ao final, um parecer técnico. O parecer técnico deverá dar suporte à análise econômico-financeira, na qual o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá avaliar e dimensionar, caso exista, o impacto econômico-financeiro para o Contrato de Gestão
- XVIII. Recomendar os parâmetros para a recomposição econômico-financeira do contrato de gestão, ou para ajuste no valor da contraprestação, consolidando os resultados de suas análises em relatório técnico-financeiro.



- XIX. Auditar, com periodicidade não superior a 03 (três) meses, a contratação de serviços de terceiros e a aquisição de materiais e medicamentos pela Organização Social, observando o atendimento a regulamento próprio, compatível com a Proposta de Trabalho, apresentada durante a Seleção Pública, e com os interesses da Administração Pública.
- XX. Verificar a ocorrência de processo seletivo para a contratação de pessoal, compatível com a Proposta de Trabalho, apresentada durante a Seleção Pública, e com os interesses da Administração Pública.
- XXI. Verificar, com periodicidade não superior a 03 (três) meses, a existência, a compatibilidade com as normas de Vigilância Sanitária e o cumprimento do PGRSS – Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Saúde, em todas as suas etapas, até o destino final, emitindo relatório, contendo parecer técnico à SESAB.
- XXII. Verificar se está sendo respeitado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) do quantitativo de empregados contratados de nível técnico e 10% do quantitativo de empregados contratados de nível superior, que não tenham registro na Carteira de Trabalho, a título de PRIMEIRO EMPREGO, para compor o quadro de recursos humanos, lotados na Unidade de Saúde.
- XXIII. Verificar a compatibilidade da folha de pagamento da Organização Social e os dados divulgados pela mesma, mensalmente, com relação à quantidade de postos de trabalho gerada como PRIMEIRO EMPREGO, por atividade desempenhada na Unidade de Saúde, e, a relação entre esta quantidade e o quantitativo de empregados que não fazem parte desta iniciativa.
- XXIV. Verificar a compatibilização dos profissionais contratados com o Contrato de Gestão e com o cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.
- XXV. Verificar a compatibilização dos serviços oferecidos pela Unidade de Saúde com o Contrato de Gestão e com o cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.

A **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** garantirá à **SESAB** e ao **VERIFICADOR INDEPENDENTE** acesso irrestrito, ininterrupto e *online* aos sistemas de acompanhamento e monitoramento dos serviços.

TODAS as atribuições realizadas pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE** serão objeto de relatório, contendo parecer técnico opinativo, a ser apresentado à **SESAB** e à **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**.

5. CONTRATO COM O VERIFICADOR INDEPENDENTE

A **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** deverá elaborar e submeter à aprovação da **SESAB**, Minuta de Contrato a ser celebrado com o **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, observadas as disposições específicas contidas, neste Contrato de Gestão.

A Minuta de Contrato deverá conter, pelos menos, as seguintes disposições:

- I. O objeto do Contrato de Gestão;
- II. O objeto da contratação em questão;



- III. A descrição detalhada das atividades a serem desenvolvidas pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE**;
- IV. Os relatórios a serem entregues e os respectivos prazos;
- V. Duração do contrato com o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** equivalente a do Contrato de Gestão. Ou seja, inicialmente por 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, e, excepcionalmente, desde que autorizado previamente pela **SESAB**, ser aditivado até o sexto ano;
- VI. Percentual máximo de subcontratação dos serviços;
- VII. Condições de sigilo e de propriedade das informações;
- VIII. Relacionamento com o contratante e com a **SESAB**.

A Minuta de Contrato deverá prever que o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** atuará com independência e imparcialidade. A avaliação dos serviços prestados pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE** por parte da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** se restringirá a observância dos seus aspectos formais, tais como, apresentação em formato adequado, no prazo avençado, subscrito por pessoa competente, dentre outros. Eventuais discordâncias quanto ao conteúdo produzido pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE** serão dirimidas, pela **SESAB**, mediante análise dos relatórios/pareceres técnicos, apresentados pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa da Organização Social.

A formalização do contrato entre a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** e o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** e de eventuais aditivos dependerá da aprovação prévia da **SESAB**, a qual figurará como interveniente e anuente da avença.

6. RELAÇÃO COM AS PARTES

A fim de conferir independência técnica das análises e conteúdos produzidos pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE**:

- I. Todos os documentos, relatórios, manuais, análises e estudos produzidos pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, ainda que em versões preliminares, deverão ser produzidos em meio digital, através de CD, e, em duas vias impressas e entregues, concomitantemente, à **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** e à **SESAB**.
- II. Para aqueles serviços em que o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** atuará mediante demanda, tanto a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, quanto a **SESAB** poderão requerer formalmente sua prestação, devendo o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** cientificar a outra parte de imediato.
- III. O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** goza de total independência técnica para realização dos serviços contratados, sendo que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do seu trabalho não ensejará a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.

Os relatórios, contendo pareceres técnicos, elaborados pelo **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, terão cunho meramente opinativo, devendo ser objeto de apreciação e análise pela **SESAB**, resguardando o direito ao contraditório e à ampla defesa da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**.



7. PRODUTOS DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** deverá apresentar plano de trabalho demonstrando a metodologia a ser aplicada na condução dos trabalhos de acompanhamento das atividades da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** e seus contratados. Deverá apresentar relatórios detalhados, contendo parecer técnico opinativo, com os resultados dos trabalhos realizados, na periodicidade compatível com as exigências do Contrato de Gestão, e, sempre que couber, conterá as seguintes informações:

- I. Confrontação dos resultados apurados com aqueles produzidos pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** e apontamento de possíveis causas para as divergências;
- II. Fontes das informações e dados utilizados no relatório;
- III. Memórias de cálculo;
- IV. Indicação de procedimentos para melhorar o acompanhamento e a fiscalização do Contrato de Gestão;
- V. Indicação de falhas porventura cometidas pela **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**;
- VI. Nome da empresa e equipe técnica responsável pela confecção do relatório; e
- VII. Outras informações que entender relevantes.

O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** apresentará à **SESAB** relatório mensal, contendo a avaliação de desempenho quantitativo e qualitativo da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, devendo também, a qualquer tempo, fazer comunicações ou relatórios extraordinários referentes a quaisquer eventos relevantes.

O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** deverá realizar reuniões periódicas, preferencialmente com periodicidade trimestral, de acompanhamento e controle com a **SESAB**, nas quais serão apresentadas a síntese da avaliação qualitativa e da avaliação quantitativa do cumprimento de metas contratuais, e outros temas que julgar pertinentes, respeitando cronograma prévio, registrando em ata as providências a serem adotadas no sentido de se assegurar o cumprimento das exigências e prazos do Contrato de Gestão, devendo a **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** ser informada da agenda prevista para tais reuniões e receber cópia de suas atas.

O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** será o responsável pela elaboração das atas mencionadas, anteriormente, devendo encaminhá-las à **SESAB**, para assinatura, até 05 (cinco) dias corridos, contados da data da realização da reunião.

O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** poderá, a qualquer tempo, sugerir ajustes no sistema de avaliação, podendo ou não ser acatados pela **SESAB**.



ANEXO V – DO REAJUSTAMENTO

A fórmula de cálculo para o IRPC (Índice de Reajuste da Contraprestação Pública), índice que servirá de referência para o reajuste dos contratos de gestão, utilizará a seguinte fórmula matemática:

$$\text{IRCP} = [1 + (\text{PA} \times \%A + \text{PB} \times \%B \dots \text{Pn} \times \%n + \text{PY} \times \text{IPCA})]$$

Onde:

IRCP – Índice de reajuste da contraprestação pública;

PA = Valor da Remuneração da categoria A/ Valor total do repasse;



A – Índice de reajuste da Categoria Profissional A definido em acordo, convenção ou dissídio;

PB = Valor da Remuneração da categoria B/ Valor total do repasse;

B – Índice de reajuste da Categoria Profissional B definido em acordo, convenção ou dissídio;

Pn = Valor da Remuneração das demais categorias/ Valor total do repasse de cada uma;

n – Índice de reajuste de cada Categoria Profissional definido em acordo, convenção ou dissídio;

PY – Valor destinado aos demais itens de custos e despesas para operacionalização da unidade/ Valor total do repasse;

IPCA – Índice de Preços do Consumidor amplo.

A fórmula será aplicada integralmente quando houver coincidência entre a data de aniversário do contrato com as datas de reajustes, conforme acordo, convenção ou dissídio. Não havendo coincidência entre essas datas, sugere-se a seguinte metodologia:

Situação 1 - data do reajuste salarial, conforme acordo, convenção ou dissídio, posterior a data de aniversário do contrato:

Neste caso adotar-se-á a seguinte fórmula na data do aniversário do contrato:

$$\text{IRCP} = [1 + (\text{PY} \times \text{IPCA})]$$

Desta forma, fica garantido o reajuste apenas da parcela, sobre a qual incide o IPCA.

Na data do reajuste salarial, conforme acordo, convenção ou dissídio, aplicar-se-á a seguinte fórmula:

$$\text{IRCP} = [1 + (\text{PA} \times \%A + \text{PB} \times \%B \dots \text{Pnx}\%n)]$$

Situação 2 - data do reajuste salarial, conforme acordo, convenção ou dissídio, anterior a data de aniversário do contrato:

Neste caso a fórmula será aplicada integralmente na data de aniversário do contratado, conforme mostrado abaixo:

$$\text{IRCP} = [1 + (\text{PA} \times \%A + \text{PB} \times \%B \dots \text{Pnx}\%n + \text{PY} \times \text{IPCA})]$$

Dessa forma, fica garantido o reajuste dos salários das categorias profissionais e dos demais itens de custo, na data de aniversário do contrato. É necessário ressaltar que a data de aniversário ocorre doze meses após a apresentação da proposta pela empresa



vencedora do certame licitatório. Ademais, os percentuais de reajustes salariais, são aqueles frutos de negociações entre sindicatos representantes dos trabalhadores e sindicatos patronais.

**ANEXO TÉCNICO I
SISTEMA DE REPASSE FINANCEIRO
HOSPITAL DA MULHER**

I. Com a finalidade de definir as regras e o cronograma de pagamento ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1. A atividade assistencial da **CONTRATADA** subdivide-se nas modalidades assinaladas abaixo, conforme especificação e quantidades estipuladas nos Anexos I – Informações sobre a Unidade de Saúde e II – Metas de Produção:

Internação



(x)	Hospital Dia
(x)	Atendimento Ambulatorial
(x)	SADT – Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico

1.1. As modalidades de atividades assistenciais, acima assinaladas, referem-se à rotina de atendimentos a serem oferecidos pela Unidade de Saúde sob gestão da CONTRATADA.

2. Além das atividades de rotina, a Unidade de Saúde poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização do CONTRATANTE, respeitadas as limitações previstas em Lei.

3. O montante do orçamento econômico-financeiro do HOSPITAL DA MULHER para o período de 60 (sessenta) meses, fica estimado em R\$ 279.203.583,06 (duzentos e setenta e nove milhões, duzentos e três mil, quinhentos e oitenta e três reais e seis centavos).

3.1 O valor de repasse mensal está estimado em R\$ 4.597.993,06 (quatro milhões, quinhentos e noventa e sete mil, novecentos e noventa e três reais e seis centavos), para fins de custeio da operação da Unidade.

3.2 O valor de repasse mensal está estimado em R\$ 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais), para pagamento ao VERIFICADOR INDEPENDENTE.

3.3 Este Anexo Técnico versa, exclusivamente, sobre a parte do repasse mensal correspondente à operação da Unidade.

4. Os repasses financeiros à CONTRATADA, previstos no item 3.1, dar-se-ão da forma descrita na Cláusula Sétima, deste Contrato de Gestão.

4.1. Os valores estimados e correspondentes aos percentuais indicados na Cláusula Sétima:

Percentual	Valor Estimado
90%	R\$ 4.138.193,75(quatro milhões, cento e trinta e oito mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos);
10%	R\$ 459.799,31(quatrocentos e cinquenta e nove mil setecentos e noventa e nove centavos e trinta e um centavos)

5. Visando o acompanhamento e a avaliação da execução do Contrato de Gestão e da movimentação de recursos econômicos e financeiros, assim como a verificação do cumprimento das atividades e dos indicadores quantitativos estabelecidos para a CONTRATADA, a mesma deverá encaminhar ao CONTRATANTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as informações referentes às atividades assistenciais realizadas, através de mecanismos (formulários, sistemas ou congêneres), definidas pelo CONTRATANTE. Além de registrar a sua produção mensal nos sistemas oficiais, do Ministério da Saúde.

6. Para a apuração do cumprimento das metas qualitativas, descritas no Anexo Técnico II – Indicadores de Qualidade, a CONTRATADA deverá encaminhar ao CONTRATANTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as



informações referentes aos indicadores qualitativos, através de mecanismos (formulários, sistemas ou congêneres), definidos pelo CONTRATANTE.

7. O VERIFICADOR INDEPENDENTE terá, então, prazo de até 10 (dez) dias corridos para concluir a análise de toda a documentação e das informações fornecidas e emitir o seu relatório, com parecer técnico opinativo, em meio digital e impresso, em duas vias de igual teor, uma para a Organização Social e outra para a SESAB, com a apuração dos indicadores qualitativos e dos indicadores quantitativos, bem como o cálculo da variação do repasse de custeio mensal, de acordo com a metodologia indicada pelos Anexos Técnicos I e II.
8. O CONTRATANTE procederá a análise dos dados enviados pela CONTRATADA, assim como a apreciação dos relatórios do VERIFICADOR INDEPENDENTE e da Coordenação de Monitoramento e Avaliação, resguardando o direito ao contraditório e à ampla defesa da CONTRATADA para que sejam efetuados os devidos repasses financeiros de recursos.
 - 8.1 **Mensalmente**, a CONTRATANTE procederá à consolidação e análise conclusiva dos dados, para avaliação e pontuação dos indicadores de qualidade, que condicionam a transferência de 10% (dez por cento) do valor de repasse, citado no item 3.1, deste Anexo Técnico.
 - 8.2 **Mensalmente**, a CONTRATANTE procederá à análise das quantidades de atividades assistenciais realizadas pela CONTRATADA, assim como analisará os relatórios, contendo pareceres técnicos opinativos, elaborados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e pela Coordenação de Monitoramento e Avaliação, apurando e avaliando os desvios (para mais ou para menos), ocorridos em relação às quantidades estabelecidas, neste Contrato de Gestão.
9. A análise referida, no item anterior, poderá resultar em re-pactuação, acordada entre as Partes, por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, das quantidades de atividades assistenciais, ora estabelecidas, e seu reflexo econômico-financeiro.
10. A análise referida, no item acima, não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos ao Contrato de Gestão em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela CONTRATADA e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, **a qualquer tempo, se condições e ocorrências excepcionais** incidirem de forma muito intensa sobre as atividades da Unidade de Saúde, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência prestada.

II. Sistemática e Critérios de Repasse Financeiro:

1. Avaliação e Valoração dos Indicadores de Qualidade
 - 1.1 A Avaliação e Valoração dos Indicadores de Qualidade ocorrerão de acordo com a metodologia apresentada no Anexo Técnico II.
2. Avaliação e Valoração dos Desvios nas Quantidades de Atividade Assistencial



2.1.A avaliação dos indicadores quantitativos será realizada, mensalmente, considerando a data da assinatura deste Contrato de Gestão, podendo gerar um ajuste financeiro a menor, dependendo do percentual de alcance dos indicadores. Tanto o CONTRATANTE quanto o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão proceder da seguinte forma.

Meses de Contrato	Metodologia para definição da produção a ser avaliada (90% do valor de repasse de custeio mensal da operação da Unidade)	Fonte de verificação da produção realizada
1º Mês	Repasse financeiro de 90% do valor de repasse de custeio mensal da operação da Unidade integral .	-
2º Mês	Repasse financeiro de 90% do valor de repasse de custeio mensal da operação da Unidade integral .	-
3º Mês	Repasse financeiro de 90% do valor de repasse de custeio mensal da operação da Unidade integral .	-
4º Mês	O valor a pagar de repasse de custeio mensal da operação da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, no 1º mês de Contrato, somando-se com a suposta produção plena dos 2º e 3º meses. Memória de Cálculo: Produção do 1º mês + Suposta produção plena do 2º mês + Suposta produção plena do 3º mês / 3.	Datusus/Tabwin
5º Mês	O valor a pagar de repasse de custeio mensal da operação da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, nos 1º e 2º meses de Contrato, somando-se com a suposta produção plena do 3º mês. Memória de Cálculo: Produção do 1º mês + Produção do 2º mês + Suposta produção plena do 3º mês / 3.	Datusus/Tabwin
6º Mês	O valor a pagar de repasse de custeio mensal da operação da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, nos 1º, 2º e 3º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Produção do 1º mês + Produção do 2º Mês + Produção do 3º mês / 3.	Datusus/Tabwin
7º Mês	O valor a pagar de custeio mensal da operação da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, nos 2º, 3º e 4º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Produção do 2º mês + Produção do 3º Mês + Produção do 4º mês / 3.	Datusus/Tabwin
8º Mês	O valor a pagar de custeio mensal da operação	Datusus/Tabwin



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDENCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

	da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, nos 3º, 4º e 5º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Produção do 3º mês + Produção do 4º Mês + Produção do 5º mês/ 3.	
9º Mês	O valor a pagar de custeio mensal da operação da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, nos 4º, 5º e 6º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Produção do 4º mês + Produção do 5º Mês + Produção do 6º mês/ 3.	Datusus/Tabwin
10º Mês	O valor a pagar de custeio mensal da operação da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, nos 5º, 6º e 7º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Produção do 5º mês + Produção do 6º Mês + Produção do 7º mês/ 3.	Datusus/Tabwin
11º Mês	O valor a pagar de custeio mensal da operação da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, nos 6º, 7º e 8º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Produção do 6º mês + Produção do 7º Mês + Produção do 8º mês/ 3.	Datusus/Tabwin
12º Mês	O valor a pagar de custeio mensal da operação da Unidade será calculado, com base na avaliação da média aritmética de produção realizada, nos 7º, 8º e 9º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Produção do 7º mês + Produção do 8º Mês + Produção do 9º mês/ 3.	Datusus/Tabwin
E, assim, sucessivamente.		

2.2 Os ajustes dos valores financeiros **a menor**, decorrentes dos desvios constatados, serão efetuados **mensalmente**.

2.3 A avaliação e análise das atividades quantitativas contratadas serão efetuadas de acordo com o explicitado a seguir. Os desvios serão analisados em relação às quantidades especificadas para cada modalidade de atividade assistencial, constante no Anexo II – Metas de Produção, e, gerarão uma variação proporcional, incidindo no percentual de 90% do valor dos recursos para custeio mensal da operação da Unidade a serem repassados para a CONTRATADA.

2.4 O percentual mensal de 90% do valor dos recursos para custeio mensal da operação da Unidade a serem repassados para a CONTRATADA está estimado em R\$ 4.138.193,75 (quatro milhões, cento e trinta e oito mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

2.5 O peso percentual, considerado para avaliação de cada linha de contratação, será:

Linha de Contratação	Peso percentual em relação à avaliação quantitativa	Valor (R\$) correspondente ao %
----------------------	---	---------------------------------



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDENCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Internação	70,0%	R\$ 2.896.735,64 (dois milhões, oitocentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).
Hospital Dia	10,0%	R\$ 413.819,37 (quatrocentos e treze mil oitocentos e dezenove reais e trinta e sete centavos).
Ambulatório	10,0%	R\$ 413.819,37 (quatrocentos e treze mil oitocentos e dezenove reais e trinta e sete centavos).
SADT	10,0%	R\$ 413.819,37 (quatrocentos e treze mil oitocentos e dezenove reais e trinta e sete centavos).
TOTAL	100%	R\$ 4.138.193,75 (quatro milhões, cento e trinta e oito mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

INTERNAÇÃO: Peso percentual em relação à avaliação quantitativa – 70%			
Saídas Hospitalares* / Clínica	% em relação ao peso percentual da atividade de internação	Parâmetro de Desempenho	% Obtido
Clínica Médica (63 saídas/mês)	3%	>= 100%: 3%	
		<100% e >=90%: 1,5%	
		<90% e >=80%: 0,75%	
		<80%: 0%	
Clínica Cirúrgica (538 saídas hospitalares/mês), de acordo com a distribuição a seguir:	97%	Cumprir 05 subgrupos: 97%	
		Cumprir 04 subgrupos: 48,5%	
		Cumprir 03 ou 02 subgrupos: 24,25%	
		Cumprir 01 ou nenhum subgrupo: 0%	
Subgrupos de Cirurgias	Total de saídas hospitalares/ mês	ATENÇÃO: Na Clínica Cirúrgica, para chegar ao percentual obtido, deve-se observar a produção por subgrupo, de acordo com o definido, no quadro ao lado. Cada subgrupo deverá, portanto, ser avaliado, individualmente. Neste caso, a única hipótese para a meta ser considerada cumprida é a realização de 100% das saídas hospitalares previstas. Posteriormente, para identificar a pontuação a ser obtida verifica-se quantos subgrupos atingiram a meta. E, aplica-se o parâmetro de desempenho da clínica cirúrgica.	
<u>SUBGRUPOS:</u> 04.07 - Cirurgia do Aparelho Digestivo, Órgãos anexos e Parede Abdominal	32		
04.09 - Cirurgia do Aparelho Geniturinário	218		
04.10 - Cirurgia da Mama	16		
04.13 - Cirurgia Reparadora	128		
04.16 - Cirurgia em Oncologia	144		
TOTAL GERAL OBTIDO			

*Comprovadas, através de AIH.



Para conhecer o total obtido na avaliação da Internação, soma-se a apuração do percentual (%) obtido em cada clínica. O valor a pagar, de acordo com o desempenho da internação, será calculado com base na 'Tabela de Ajustes para Internação', a seguir.

TABELA DE AJUSTES PARA INTERNAÇÃO	
TOTAL OBTIDO	VALOR A PAGAR
Entre 95% e 100%	100% x peso percentual da atividade de internação x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado
Entre 70% e 94,99%	90% x peso percentual da atividade de internação x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado
Menos que 70%	70% x peso percentual da atividade de internação x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado

HOSPITAL DIA: Peso percentual em relação à avaliação quantitativa – 10%			
Descrição dos Procedimentos	% em relação ao peso percentual da atividade de ambulatório	Parâmetro de Desempenho	% Obtido
04.07 - Cirurgia do Aparelho Digestivo, Órgãos anexos e Parede Abdominal (48 saídas hospitalares/mês)	10%	>= 100%: 10%	
		<100% e >=90%: 5%	
		<90% e >=80%: 2,5%	
		<80%: 0%	
04.09 - Cirurgia do Aparelho Geniturinário (240 saídas hospitalares/mês)	50%	>= 100%: 50%	
		<100% e >=90%: 25%	
		<90% e >=80%: 12,5%	
		<80%: 0%	
04.10-Cirurgia da Mama (144 saídas hospitalares/mês)	30%	>= 100%: 30%	
		<100% e >=90%: 15%	
		<90% e >=80%: 7,5%	
		<80%: 0%	
04.13-Cirurgia Reparadora (48 saídas hospitalares/mês)	10%	>= 100%: 10%	
		<100% e >=90%: 5%	
		<90% e >=80%: 2,5%	
		<80%: 0%	
TOTAL GERAL OBTIDO			

Para conhecer o total obtido na avaliação do Hospital-Dia, soma-se a apuração do percentual (%) obtido em cada grupo de procedimentos. O valor a pagar, de acordo com o desempenho do Ambulatório, será calculado com base na 'Tabela de Ajustes para Hospital Dia, abaixo.

TABELA DE AJUSTES PARA HOSPITAL DIA	
TOTAL OBTIDO	VALOR A PAGAR
Entre 85% e 100%	100% x peso percentual da atividade do Hospital Dia x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDENCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Entre 70% e 84,99%	90% x peso percentual da atividade do Hospital Dia x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado
Menos que 70%	70% x peso percentual da atividade do Hospital Dia x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado

AMBULATÓRIO: Peso percentual em relação à avaliação quantitativa – 10%			
Descrição dos Procedimentos	% em relação ao peso percentual da atividade de ambulatório	Parâmetro de Desempenho	% Obtido
03.01.01.004-8 – Consulta de Profissionais de Nível Superior (exceto médico) (9.020 procedimentos/mês)	38,5%	>= 100%: 38,5%	
		<100% e >=90%: 19,25%	
		<90% e >=80%: 9,625%	
		<80%: 0%	
03.01.01.007-2 – Consulta Médica na Atenção Especializada (9.020 procedimentos/mês)	38,5%	>= 100%: 38,5%	
		<100% e >=90%: 19,25%	
		<90% e >=80%: 9,625%	
		<80%: 0%	
03.01.04 – Outros Atendimentos realizados por Profissional de Nível Superior (Atendimento Multiprofissional para Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual; Terapias em Grupo; Terapias Individuais; Atendimento Clínico Planejamento Familiar) (1.864 procedimentos/mês)	8%	>= 100%: 8%	
		<100% e >=90%: 4%	
		<90% e >=80%: 2%	
		<80%: 0%	
CIRURGIAS AMBULATORIAIS: 04.06 - Cirurgia do Aparelho Circulatorio 04.07 -Cirurgia do Aparelho Digestivo, Órgãos anexos e Parede Abdominal 04.09 - Cirurgia do Aparelho Genito-Urinário 04.10 - Cirurgia da Mama 04.10 - Cirurgia Torácica 04.15 - Outras cirurgias (480 procedimentos/ mês)	15%	>= 100%: 15%	
		<100% e >=90%: 7,5%	
		<90% e >=80%: 3,75%	
		<80%: 0%	
TOTAL GERAL OBTIDO			

Para conhecer o total obtido na avaliação do Ambulatório, soma-se a apuração do percentual (%) obtido em cada grupo de procedimentos. O valor a pagar, de acordo com o desempenho do Ambulatório, será calculado com base na Tabela de Ajustes para Ambulatório, abaixo.

TABELA DE AJUSTES PARA AMBULATÓRIO	
TOTAL OBTIDO	VALOR A PAGAR
Entre 85% e 100%	100% x peso percentual da atividade ambulatorial x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado
Entre 70% e 84,99%	90% x peso percentual da atividade ambulatorial x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado
Menos que 70%	70% x peso percentual da atividade ambulatorial x



90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado

SADT: Peso percentual em relação à avaliação quantitativa – 10%			
Descrição dos Procedimentos	% em relação ao peso percentual da atividade de SADT	Parâmetro de Desempenho	% Obtido
02.01 – Coletas de Material (2.108 procedimentos/ mês)	10%	>= 100%: 10%	
		<100% e >=90%: 5%	
		<90% e >=80%: 2,5%	
		<80%: 0%	
02.01.01.015-1 Biópsia de Endométrio			
02.01.01.016-0 Biópsia de Endométrio por Aspiração Manual Intra Uterina			
02.01.01.050-0 Biópsia/Punção de Vagina			
02.01.01.051-8 Biópsia/Punção de Vulva			
02.01.01.053-4 Biópsia Estereotáxica			
02.01.01.054-2 Biópsia Percutânea Orientada por TC/Ultrassom/Rx			
02.01.01.056-9 Biópsia/Exerese de Nódulo de Mama			
02.01.01.058-5 Punção Aspirativa de Mama por Agulha Fina			
02.01.01.060-7 Punção de Mama por Agulha Grossa			
02.01.01.061-5 Punção de Vagina			
02.01.01.066-6 Biópsia de Colo Uterino			
02.02 - Diagnóstico em Laboratório Clínico (11.765 procedimentos/ mês)	10%	>= 100%: 10%	
		<100% e >=90%: 5%	
		<90% e >=80%: 2,5%	
		<80%: 0%	
02.03 -Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia (3.500 procedimentos/ mês)	10%	>= 100%: 10%	
		<100% e >=90%: 5%	
		<90% e >=80%: 2,5%	
		<80%: 0%	
02.04 - Diagnóstico por Radiologia (1.806 procedimentos/ mês)	15%	>= 100%: 15%	
		<100% e >=90%: 7,5%	
		<90% e >=80%: 3,75%	



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDENCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

02.04.02.003-4 Radiografia de Coluna Cervical 02.04.02.006-9 Radiografia de Coluna Lombo-Sacra 02.04.02.009-3 Radiografia de Coluna Torácica 02.04.02.010-7 Radiografia de Coluna Toraco-Lombar 02.04.02.012-3 Radiografia de Região Sacro-Coccígea 02.04.03.003-0 Mamografia 02.04.03.004-8 Marcação Pré-Cirúrgica de Lesão Não Palpável de Mama 02.04.03.015-3 Radiografia de Tórax 02.04.05.006-5 Histerossalpingografia		<80%: 0%	
02.05 - Diagnóstico por Ultrassonografia (1.806 procedimentos/ mês)	20%	>= 100%: 20% <100% e >=90%: 10% <90% e >=80%: 5% <80%: 0%	
02.06 - Diagnóstico por Tomografia (271 procedimentos/ mês)	20%	>= 100%: 20% <100% e >=90%: 10% <90% e >=80%: 5% <80%: 0%	
02.11 - Métodos Diagnósticos em Especialidades (ECG) (902 procedimentos/ mês) 02.11.04.002-9 Colposcopia 02.11.04.003-7 Exame Microbiológico de Conteúdo Cérvico-Vaginal 02.11.04.004-5 Histeroscopia Diagnóstica 02.11.04.005-3 Persuflação Tubária Diagnóstica	15%	>= 100%: 15% <100% e >=90%: 7,5% <90% e >=80%: 3,75% <80%: 0%	
TOTAL GERAL OBTIDO			

Para conhecer o total obtido na avaliação do SADT, soma-se a apuração do percentual (%) obtido em cada grupo de procedimentos. O valor a pagar, de acordo com o desempenho do SADT, será calculado com base na 'Tabela de Ajustes para SADT', abaixo.

TABELA DE AJUSTES PARA SADT	
TOTAL OBTIDO	VALOR A PAGAR
Entre 85% e 100%	100% x peso percentual da atividade de SADT x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado
Entre 70% e 84,99%	90% x peso percentual da atividade de SADT x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado
Menos que 70%	70% x peso percentual da atividade de SADT x 90% do orçamento (R\$) da Unidade de Saúde, no mês avaliado



**ANEXO TÉCNICO II
INDICADORES DE QUALIDADE
HOSPITAL DA MULHER**

Estes indicadores reportam-se à qualidade da assistência oferecida ao usuário da Unidade de Saúde e medem aspectos relacionados ao custo, ao faturamento e à efetividade da gestão da Unidade de Saúde.

A avaliação dos indicadores qualitativos equivale a 10% do valor de repasse de custeio para a operação da Unidade. Será realizada, **mensalmente**, a partir do 6º mês, considerando a data da assinatura deste Contrato de Gestão, podendo gerar um ajuste financeiro **a menor**, dependendo do percentual de alcance dos indicadores.

Tanto o CONTRATANTE quanto o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão proceder da seguinte forma:

Meses de Contrato	Metodologia para definição dos dados a serem utilizados na Avaliação Qualitativa (10% do valor de custeio mensal da operação da Unidade)	Fonte de verificação
1º Mês	Repasse financeiro de 10% do valor de repasse mensal de custeio da operação da Unidade integral .	-
2º Mês	Repasse financeiro de 10% do valor de repasse mensal de custeio da operação da Unidade integral .	-
3º Mês	Repasse financeiro de 10% do valor de repasse mensal de custeio da operação da Unidade integral .	-
4º Mês	Repasse financeiro de 10% do valor de repasse mensal de custeio da operação da Unidade integral .	-
5º Mês	Repasse financeiro de 10% do valor de repasse mensal de custeio da operação da Unidade integral .	-
6º Mês	O valor de custeio da operação da Unidade a pagar será calculado, com base na avaliação da média aritmética dos dados disponíveis, nos 1º, 2º e 3º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Dados do 1º Mês + Dados do 2º Mês + Dados do 3º Mês / 3.	Datasus/Tabwin e Planilha de acompanhamento de Repasses financeiros / Relatório, Sistema ou congênere indicado pelo Contratante
7º Mês	O valor de custeio da operação da Unidade a pagar será calculado, com base na avaliação da média aritmética dos dados disponíveis, nos 2º, 3º e 4º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Dados do 2º mês + Dados do 3º Mês + Dados do 4º mês / 3.	Datasus/Tabwin e Planilha de acompanhamento de Repasses financeiros / Relatório, Sistema ou congênere indicado pelo Contratante
8º Mês	O valor de custeio da operação da Unidade a pagar será calculado, com base na avaliação	Datasus/Tabwin e Planilha de



	da média aritmética dos dados disponíveis, nos 3º, 4º e 5º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Dados do 3º mês + Dados do 4º Mês + Dados do 5º mês / 3.	acompanhamento de Repasses financeiros / Relatório, Sistema ou congênere indicado pelo Contratante
9º Mês	O valor de custeio da operação da Unidade a pagar será calculado, com base na avaliação da média aritmética dos dados disponíveis, nos 4º, 5º e 6º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Dados do 4º mês + Dados do 5º Mês + Dados do 6º mês / 3.	Datasus/Tabwin e Planilha de acompanhamento de Repasses financeiros / Relatório, Sistema ou congênere indicado pelo Contratante
10º Mês	O valor de custeio da operação da Unidade a pagar será calculado, com base na avaliação da média aritmética dos dados disponíveis, nos 5º, 6º e 7º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Dados do 5º mês + Dados do 6º Mês + Dados do 7º mês / 3.	Datasus/Tabwin e Planilha de acompanhamento de Repasses financeiros / Relatório, Sistema ou congênere indicado pelo Contratante
11º Mês	O valor de custeio da operação da Unidade a pagar será calculado, com base na avaliação da média aritmética dos dados disponíveis, nos 6º, 7º e 8º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Dados do 6º mês + Dados do 7º Mês + Dados do 8º mês / 3.	Datasus/Tabwin e Planilha de acompanhamento de Repasses financeiros / Relatório, Sistema ou congênere indicado pelo Contratante
12º Mês	O valor de custeio da operação da Unidade a pagar será calculado, com base na avaliação da média aritmética dos dados disponíveis, nos 7º, 8º e 9º meses de Contrato. Memória de Cálculo: Dados do 7º mês + Dados do 8º Mês + Dados do 9º mês / 3.	Datasus/Tabwin e Planilha de acompanhamento de Repasses financeiros / Relatório, Sistema ou congênere indicado pelo Contratante
E, assim, sucessivamente.		

O CONTRATANTE, para a conclusão da avaliação de desempenho qualitativo, resguardando o direito ao contraditório e à ampla defesa, deverá apreciar todos os documentos e informações encaminhadas pela CONTRATADA, além de analisar o relatório, contendo parecer técnico opinativo, elaborado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, cujo prazo máximo de entrega está descrito no Anexo Técnico I – Sistema de Repasse financeiro.

A seguir, apresenta-se o rol de indicadores de qualidade, com respectivos pesos percentuais, a serem utilizados para a avaliação qualitativa da execução deste Contrato de



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDENCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Gestão, podendo ser alterados a qualquer tempo. Recomenda-se a sua reavaliação com possível alteração de metas, anualmente.

Nº	Indicador	Operação	Meta	Fonte de Verificação	Peso Percentual
01	Relação entre o valor repassado, mensalmente, pelo Contratante para custeio da Unidade de Saúde, sem OPME, e a quantidade de Saídas Hospitalares, comprovadas através de AIH, em todas as clínicas, no período avaliado.	Valor repassado, mensalmente, pelo Contratante para custeio da Unidade de Saúde, sem OPME / Total de saídas hospitalares, comprovadas através de AIH, no período avaliado.	Parâmetro: R\$ 4.253,47(quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos) Observação: o parâmetro deverá ser revisado sempre que houver alteração de preço e/ou de saídas hospitalares.	Contrato de Gestão; Datasus / Tabwin.	20%
02	Percentual de AIH pagas em relação à quantidade de AIH apresentadas.	Total de AIH pagas / Total de AIH apresentadas x 100	Meta Permanente: Atingir, no mínimo, 90% do percentual de AIH pagas em relação à quantidade de AIH apresentadas.	Resumo de Valores Aprovados extraído do <i>site</i> da DICON/ SESAB (http://www2.saude.ba.gov.br/prestadores).	20%
03	Percentual de Internações Cirúrgicas de Alta Complexidade (AC), considerando a Portaria Ministerial nº 968/SAS, de 11 de dezembro de 2002	Produção de AIH cirúrgicas de AC / Total de AIH cirúrgicas no período avaliado x 100	Meta Permanente: 1% Observação: Por se tratar de serviço inédito na Bahia, foi estipulado o parâmetro de 1%, devendo ser revisado à proporção que houver série histórica da Unidade Hospitalar.	Datasus / Tabwin.	20%
04	Taxa de Infecção Hospitalar	Nº de infecções hospitalares ocorridas num determinado período / nº de saídas no mesmo período X 100	Parâmetro: 5,0%	RIH – Relatório de Informação Hospitalar.	8%
05	Mortalidade	Nº de óbitos após	Parâmetro: 3,0%	RIH –	8%



	Institucional	24 horas de internamento no trimestre avaliado / N° de saídas no mesmo período X 100		Relatório de Informação Hospitalar.	
06	Taxa de Ocupação	N° de pacientes/dia no trimestre avaliado / n° de leitos dia no mesmo período X 100	Meta Permanente: 80%	RIH – Relatório de Informação Hospitalar.	8%
07	Percentual de profissionais de nível técnico, sem experiência anterior comprovada, contratados a título de primeiro emprego	Total de profissionais de nível técnico, sem experiência anterior comprovada, contratados a título de primeiro emprego / Total geral de profissionais de nível técnico X 100	Meta Permanente: 10%	RIH – Relatório de Informação Hospitalar.	8%
08	Percentual de profissionais de nível superior, sem experiência anterior comprovada, contratados a título de primeiro emprego	Total de profissionais de nível superior, sem experiência anterior comprovada, contratados a título de primeiro emprego / Total geral de profissionais de nível superior X 100	Meta Permanente: 10%	RIH – Relatório de Informação Hospitalar.	8%
TOTAL DE PERCENTUAL OBTIDO					100%

TABELA DE AJUSTE DE DESEMPENHO QUALITATIVO



Ao final da avaliação de todos os indicadores qualitativos, será obtido um percentual total de desempenho da Unidade de Saúde. Para a definição do valor a ser pago, da parcela de correspondente a esta avaliação, será utilizada a Tabela de Ajuste, abaixo:

TABELA DE AJUSTES PARA AVALIAÇÃO QUALITATIVA	
TOTAL OBTIDO	VALOR A PAGAR: PERCENTUAL DO TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS AO DESEMPENHO
Até 50%	00%
51 – 75%	25%
76 – 90%	50%
91% - 100%	100%

Também será objeto de análise pela SESAB o relatório emitido pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, **trimestralmente**, devendo contemplar:

- I. A verificação da implantação e do funcionamento das Comissões/Comitês/Núcleos e/ou congêneres, previstos por este Contrato de Gestão;
- II. A verificação das taxas de Mortalidade Geral e Institucional, Ocupação Hospitalar, Infecção Hospitalar, Média de Permanência (em dias).
- III. A verificação da existência, a compatibilidade com as normas de Vigilância Sanitária, e, o cumprimento do PGRSS – Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Saúde, em todas as suas etapas, até o destino final;
- IV. O resultado da auditoria sobre a contratação de serviços de terceiros e a aquisição de materiais e medicamentos pela CONTRATADA, observando o atendimento a regulamento próprio, compatível com a Proposta de Trabalho, apresentada durante a Seleção Pública, e com os interesses da Administração Pública;
- V. A verificação da ocorrência de processo seletivo para a contratação de pessoal, compatível com a Proposta de Trabalho, apresentada durante a Seleção Pública, e com os interesses da Administração Pública;
- VI. A análise da pesquisa de satisfação dos usuárias, realizada pela Organização Social e acompanhada pelo próprio Verificador Independente.
- VII. A apuração da qualidade dos gastos, assim como a economicidade no desenvolvimento das atividades.
- VIII. Verificar a coerência e compatibilidade, com a realidade, dos dados registrados pela CONTRATADA, no APURASUS ou sistema equivalente, disponibilizado pelo Ministério da Saúde.
- IX. A verificação da compatibilização dos profissionais contratados com o Contrato de Gestão e com o cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.
- X. A verificação da compatibilização dos serviços oferecidos pela Unidade de Saúde com o Contrato de Gestão e com o cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde.
- XI. Outros aspectos que o Verificador Independente julgar pertinentes.

Ainda que não tenham reflexo financeiro direto e imediato, os itens, descritos acima, relacionam-se com o aprimoramento da gestão da CONTRATADA e com a otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão. Assim sendo, sua avaliação influenciará a decisão da SESAB quanto à prorrogação deste Contrato de



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDENCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Gestão, ou, até mesmo, quanto à rescisão do mesmo, resguardando-se, obviamente, o direito ao contraditório e à ampla defesa.



compra do DCHT - Campus XXI - Euclides da Cunha - Bahia; Licitação: Contratação de empresa de engenharia para reforma do DCHT - Campus XXI - Euclides da Cunha - Bahia.

RÉSUMO DO(S) TERMO(S) ADITIVO(S) Nº 0020018 - PROCESSO Nº 0003170381/07
CONTRATANTE: UNEB, CONTRATADA: ZCR Informática Ltda. CONTRATO Nº 004/2010
OBJETO: Prorrogação de prazo, VIGÊNCIA: 12 meses VALOR TOTAL: R\$ 2.695.662,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 3002; Fonte: 114; Elemento de Despesa: 339039.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO

Companhia de Engenharia Hidrica e de Saneamento da Bahia - CERB

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HIDRICA E SANEAMENTO - SIHS
COMPANHIA DE ENGENHARIA HIDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB

Emprego de Civilidade Nº 170280 Partes: CERB e EMPORUM CONSTRUTORA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME. Objeto: Caminhão catame simples com lavatório. Fundamento: Pregão 170086. Valor: R\$ 1.977.188,00. Prazo: 20 dias.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HIDRICA E SANEAMENTO - SIHS
COMPANHIA DE ENGENHARIA HIDRICA E DE SANEAMENTO DA BAHIA - CERB

RÉSUMO DE APM-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL
MODALIDADE: REGISTRO DE PREÇO

RP (AFM CERB)	AFM SAMPAS	CONTRATADA	OBJETO	VALOR TOTAL
170044/170322	23.003.00309/2017 23.003.00370/2017 23.003.00371/2017	BCG Comercio de artigos de papelaria e Bureau Ltda	Materiais de escritório	1.230,00

Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA

RÉSUMO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 460012603
1-Contrato Nº 380012803; 2-Contratante Embasa; 3-Contratado: BC Scientific Comercio de Instrumentos Analíticos (IREL) - EPP, CNPJ nº 27.203.741/0001-11; 4-Objeto: Aquisição de equipamentos de laboratório para UNISA; 5-Valor: R\$ 20.800,00; 6-Prazo de vigência: 30 dias; 7-Data de Assinatura: 15/12/17; 8-Origem: PR nº 326/17; 9-UNISA/DE; 9-Recursos Próprios - Embasa, Salvador, 12/01/18 José Ubiratan Cardoso Matos - Diretor Operações de Insumos.

RÉSUMO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 460012761
1-Contrato nº 400012761; 2-Contratante Embasa; 3-Contratado: Hudron Comercio Ltda, CNPJ nº 02.133.915/0001-09; 4-Objeto: Fornecimento de peças substituintes para válvula de pressão e bombão da marca Dorot para a Unidade Regional de Candeias; 5-Valor: R\$ 24.080,00; 6-Prazo de vigência: 90 dias; 7-Data de Assinatura: 28/11/17; 8-Origem: IL124/17 - NUCOP - UMSO; 9-Recursos Próprios - Embasa, Salvador, 12/01/18 Carlos Ramalho M. Brandão - Diretor de Operação - R065.

RÉSUMO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 460013388
1-Contrato nº 460013388; 2-Contratante Embasa; 3-Contratado: Glomar Teixeira Magalhães, CPF nº 752.689.365-40; 4-Objeto: Aluguel de imóvel para o El. de Palmas do Monte Alto; 5-Valor: R\$ 16.418,00; 6-Prazo de vigência: 24 meses; 7-Data de Assinatura: 28/06/17; 8-Origem: DL nº 05927/17 - Caixa; 9-Recursos Próprios - Salvador, 12/01/18 Paulo Henrique Farias Monteiro - Gerente da Unidade de Licitações e Contratos - PLG.

RÉSUMO DE EXTRATO DO CONTRATO Nº 460012703
1-Contrato nº 460012703; 2-Contratante Embasa; 3-Contratado: MAE do Brasil Equip e Instrumentos de Segurança Ltda, CNPJ nº 48.865.461/0001-30; 4-Objeto: Aquisição de cilindros de calibração 4 gases para teste e ajuste dos detectores multigases, que são utilizados para avaliar a atmosfera em ambientes confinados na CPEB; 5-Valor: R\$ 24.581,06; 6-Prazo de vigência: 15 dias; 7-Data de Assinatura: 11/12/2017; 8-Origem: PR nº 348/17 - GPEB/DG; 9-Recursos Próprios - Embasa - Salvador, 12/01/2018 Marcelo Dantas Veiga - Diretor de Gestão Corporativa.

Certificação Digital: 71 3116-2137

SECRETARIA DA SAÚDE

SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE
DIRETORIA DE GESTÃO DA REDE PRÓPRIA

RÉSUMO DO CONTRATO Nº 012018
APC Nº 19.148.01829/2017

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. CONTRATADO: SÃO MARCOS B AOSTINHO SP R MEDICOS LTDA-ME. CNPJ nº 27.203.362/0001-38. OBJETO: Prestação de serviços hospitalares de urgência/emergência aos usuários do SUS em hospitais públicos administrados pela SESAB, conforme Portaria Nº 1.003 de 07 de junho de 2010, Nº 1820 de Novembro de 2012, Nº 515 de 05 de Abril de 2013, e tabela da Portaria Nº 625 de Abril de 2014. Período de Vigência: 260 dias. VALOR (Mínimo estimado): R\$ 26.810.73 (R\$ 26 mil, quatrocentos e dezentos reais e setenta e nove centavos) e VALOR Anual estimado: 721.001,48 (Duzentos e vinte e um mil, um cent e quarenta e oito centavos) UO: 19 (Código Fonte: 303981) ELEMENTO DE DESPESA: 33.9039. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE
DIRETORIA DE GESTÃO DA REDE PRÓPRIA

RÉSUMO DO TERMO ADITIVO Nº 01.2018 AO CONTRATO Nº 78/2017
APC Nº 19.148.01831/0017

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. CONTRATADO: BAUMED - SERVIÇOS MÉDICOS DO BRASIL. Prestação de serviços médicos hospitalares de urgência/emergência aos usuários do SUS em hospitais públicos administrados diretamente pela SESAB, em conformidade com a Portaria Nº 1.003 de 07 de junho de 2010, Nº 1820 de 22 de Novembro de 2012, Nº 515 de Abril de 2013, e tabela da Portaria Nº 625 de 30 de Abril de 2014. Pelo presente termo, atualizado ao valor total do contrato original de R\$ 387.920,00 (trezentos e sessenta e sete mil e noventa e sete reais) o valor de R\$ 20.300,00 (vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e cinco reais) para a aquisição de insumos de urgência e emergência e sendo devido a necessidade de ampliação do quantitativo de procedimentos - UO: 19 (Código Fonte: 303981) ELEMENTO DE DESPESA: 33.9039. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB
SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO EM TOCA ORAL À SAÚDE - SAIS

CONTRATO DE GESTÃO Nº 201/2018

CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. CNPJ Nº 15.816.630/0001-02. CONTRATADA: INSTITUTO FERNANDO FELDINGER CNPJ Nº 07.132.125/0001-39. OBJETO: O Planejamento e Execução das Ações e Serviços de Saúde no Hospital da Mulher Lúcia Costa dos Santos, localizado no Município de Salvador, Estado da Bahia. Vigência de 06 (seiscentos) meses, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, MENSAIS, R\$ 4.653.393,06 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e três centavos) VALOR GLOBAL: R\$ 279.203.583,06 (duzentos e setenta e nove milhões, duzentos e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e três centavos) UO: 19.601.0563 - SAIS. PIA: 2640. FONTE: 003081. ELEMENTO DE DESPESA: 93. DATA DA ASSINATURA: 03/01/2018.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA-SESAB
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DOS SISTEMAS DE REGULAÇÃO DA REDE À SAÚDE - SURECS

RÉSUMO DO TERMO DE ACESSO Nº 016/2017

Processo nº 030070201314. Interessante: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA através da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB. Credenciamento nº 211. Credenciado: CENTRO DE OLHOS ESPECIALIZADO LTDA-CENOE, CNPJ nº 12068875. Objeto: Credenciamento de prestadores de serviços de saúde especializados na oftalmologia, relacionados para tratamento do Glaucoma, para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), cadastrados no Sistema Único de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SUS-BA), de acordo com as especificações constantes da Instrução Normativa nº 01 e Portaria nº 087/2017, ambas publicadas no DOE de 20/01/2017. Regulamento específico do instrumento: Convênio nº 011/2018. Regime de execução: Empresa-preço unitário. Forma de pagamento: Pós-produção. UO: 19.601.0006. Projeto Atividade-Fonte: Recurso: 201. Elemento Despesa: 33.9039. Vigência a partir da data da assinatura. Salvador, 12 de Janeiro de 2018.

SECRETARIA GERAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - SESAB
RÉSUMO DO CONTRATO 106/2017 - PE 051/2017

CONTRATANTE: ESTADO DA BAHIA através da SECRETARIA DA SAÚDE
CONTRATADA: GALMED COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ Nº 14.111.111/0001-00

FORMULÁRIO

PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS				
A TARDE	TRIBUNA DA BAHIA	CORREIO DA BAHIA	DIARIO OFICIAL	OUTROS: PORTAL SESAB
DATA: 13/01/2018	PÁGINA: 17	CADERNO: 01	COLUNA: Mais	
LINK:				

SECRETARIA DA SAÚDE	
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB – SUPERINTENDÊNCIA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE – SAIS – CONTRATO DE GESTÃO Nº 001/2018	
CONTRATANTE: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA – SESAB, CNPJ Nº 05.816.630/0001-52. CONTRATADO: INSTITUTO FERNANDO FILGUEIRAS, CNPJ Nº 07.133.125/0001-39. OBJETO: Gestão, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde no Hospital da Mulher Maria Luzia Costa dos Santos, localizado no Município de Salvador, Estado da Bahia. VIGÊNCIA: Será de 60 (sessenta) meses, tendo por termo inicial a data da sua assinatura. VALOR MENSAL: R\$ 4.653.393,06 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, trezentos e noventa e três reais e seis centavos). VALOR GLOBAL: R\$ 279.203.583,06 (duzentos e setenta e nove milhões, duzentos e três mil, quinhentos e cinquenta e três reais e seis centavos). UG: 19.601.0083 – SAIS. P/A: 2640. FONTE: 06/30/81. ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39. DATA DA ASSINATURA: 03/01/2018.	
SESAB	